

**GABINETE DA CORREGEDORIA  
SETOR DE CORREIÇÃO/2015**

**2ª VARA FEDERAL DE ITABORAÍ/RJ, com competência em matérias cível, criminal, execução fiscal e juizados.**

**Juiz Federal Titular: DR. ERIK NAVARRO WOLKART**

**Juíza Federal Substituta: DRA. ANDRÉA DE ARAÚJO PEIXOTO**

Partindo de levantamentos realizados no questionado de Autoinspeção, bem como nas informações da última correição realizada, e nos mapas estatísticos disponíveis no sistema de processamento de dados da Seção Judiciária, realizou-se, no período de 04 a 08 de maio de 2015, a correição ordinária presencial da 1ª Vara Federal de Itaboraí/RJ.

Iniciados os trabalhos, o Exmo. Sr. Corregedor-Regional, Dr. Guilherme Couto de Castro, e o Exmo. Juiz Federal Convocado em auxílio, Dr. Paulo André Espírito Santo Bonfadini, compareceram pessoalmente no local, no dia 06 de maio de 2015, ocasião em que, todavia, não lograram conversar com o d. Juiz Titular, Dr. Erik Navarro Wolkart, que se encontrava em audiência. Posteriormente, através de contato telefônico, discutiu-se sobre o juízo correicionado, tendo sido a principal crítica a respeito das condições das instalações provisórias das Varas de Itaboraí em Niterói, em decorrência da interdição do prédio sede da Subseção Judiciária de Itaboraí, em setembro de 2013.

Assim, diante da análise dos dados coletados, seguem as seguintes recomendações, que devem ser analisadas e transformadas em ações concretas, em prazo razoável, tendo em vista a superação da realidade constatada.

**RECOMENDAÇÕES:**

1. Buscar o cumprimento das Metas do CNJ, atentando para os processos listados nos itens respectivo deste relatório.
2. Efetuar o adequado controle da prescrição penal, nos termos dos artigos 248 a 250 da CNCR.
3. Regularizar as cartas precatórias penais listadas.
4. Observar a correta classificação das sentenças, de forma também a evitar a classificação como “vazias”.

5. Dar andamento aos processos parados há mais de 30 dias, bem como aos conclusos com prazo vencido.

6. Regularizar os processos remetidos à Distribuição, que estão fora do prazo de devolução.

7. Regularizar, no que couber, o lançamento da fase 18 no sistema Apolo, considerando que o mapa estatístico apontou 1.893 processos com tal fase não informada.

8. Regularizar os livros e pastas obrigatórios.

Considerando as recomendações supra, deverá ser encaminhado à Corregedoria, no prazo de 30 (trinta) dias, relatório das providências implementadas.

### **→ PARTICIPAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL E DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL**

Não houve notícia, durante os trabalhos, de qualquer designação de representantes do Ministério Público Federal ou da Ordem dos Advogados do Brasil/RJ, para acompanhar a correição ordinária em nas 1ª e 2ª Varas Federais de Itaboraí, e respectivos setores administrativos.

### **→ ATUAÇÃO DOS JUÍZES**

**(Resolução nº 01/2008, art. 7º, CJF e Resolução nº 26/2009, art. 1º, TRF da 2ª Região, alterada pela Resolução nº 16/2010, TRF 2ª Região).**

Divisão dos processos: os processos são divididos, dentro do possível, observando as normas aplicáveis, cabendo ao Juiz Titular os processos pares, e, à Juíza Substituta, os ímpares.

. Titular: Dr. Erik Navarro Wolkart, em exercício desde 11/06/2013.

. Substituto: Dra. Andréa de Araújo Peixoto, em exercício desde 22/09/2014.

Observou-se, porém, no questionário de autoinspeção (item 3.1), que o Juiz Titular proferiu sentenças em diversos processos ímpares, não apenas no período em que respondeu integralmente pela Vara Federal, tendo sido adotadas providências visando à fiel observância da divisão dos processos.

## → ORGANIZAÇÃO (artigos 107 a 112 da CNCR)

Total de Servidores: 14

Analistas Judiciários: 04

Técnicos Judiciários: 09

Técnico Judiciário/Segurança: 01

Auxiliar Judiciário: 00

Estagiários: 08 (05 na 2ª VF de Itaboraí e 03 no JEF Adjunto)

Fonte: Questionário de Autoinspeção e Mapa: Planilha Apolo Excel – Intimados, extraído em 27/04/2015.

## → ACERVO TOTAL (artigos 32 a 36 da CNCR):

Acervo (*) 1ª Instância e Juizados	Abril/2014	Abril/2015
Total	3.366	2.209
Suspensos	258	394
Ag. julgamento recurso	07	19
<b>Tramitação ajustada</b>	<b>3.101</b>	<b>1.796</b>

(\*) Não existem dados para comparar com a última correção realizada, em razão da interdição do prédio sede da Subseção Judiciária de Itaboraí, que impossibilitou a realização da correção no biênio 2013/2014. Assim, o comparativo foi realizado com base nos dados estatísticos do ano anterior.

## . MATÉRIA CÍVEL:

Total: 614

Suspensos: 48

Aguardando julgamento recurso/agravo: 19

Em tramitação (ajustada): 547

. MATÉRIA CRIMINAL:

Total: 79

Suspensos: 18

Aguardando julgamento recurso/agravo: 00

Em tramitação (ajustada): 61

. EXECUÇÃO FISCAL:

Total: 543

Suspensos: 225

Aguardando julgamento recurso/agravo: 00

Em tramitação: 318

. JUIZADO CÍVEL:

Total: 970

Suspensos: 102

Em tramitação: 868

. JUIZADO CRIMINAL:

Total: 03

Suspensos: 01

Em tramitação: 02

Fonte: Mapas - Movimentação Processual da 1ª Instância/Juizado Especial Federal, constantes do módulo Secretaria, no relatório de Estatística de Processos Distribuídos, do Sistema Apolo, relativos aos períodos de abril/2014 e abril/2015, extraídos em 08/05/2015.
--

**→ ATOS PROCESSUAIS INTIMADOS (art. 181 da CNCR)**

Total de atos processuais intimados (27/10/2014 a 27/04/2015):

Despachos: 4.058, com tempo médio de conclusão/intimação de 15 dias

Decisões: 775, com tempo médio de conclusão/intimação de 22 dias

Sentenças: 1.043, com tempo médio de conclusão/intimação de 36 dias

## → SENTENÇAS

- . Total de sentenças proferidas ((27/10/2014 a 27/04/2015): 1.043
- . Matéria Cível (exceto execução fiscal): 220
- . Execução fiscal: 31
- . Matéria Penal: 08
- . Juizado Cível: 783
- . Juizado Penal: 01

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Intimados, extraído em 27/04/2015.

## → METAS DO CNJ

**(Resoluções CNJ nº 70 de 18/03/2009 e nº 198, de 01/07/2014, e Metas 2015 e 2014, estabelecidas no VIII e VII Encontros Nacionais do Judiciário).**

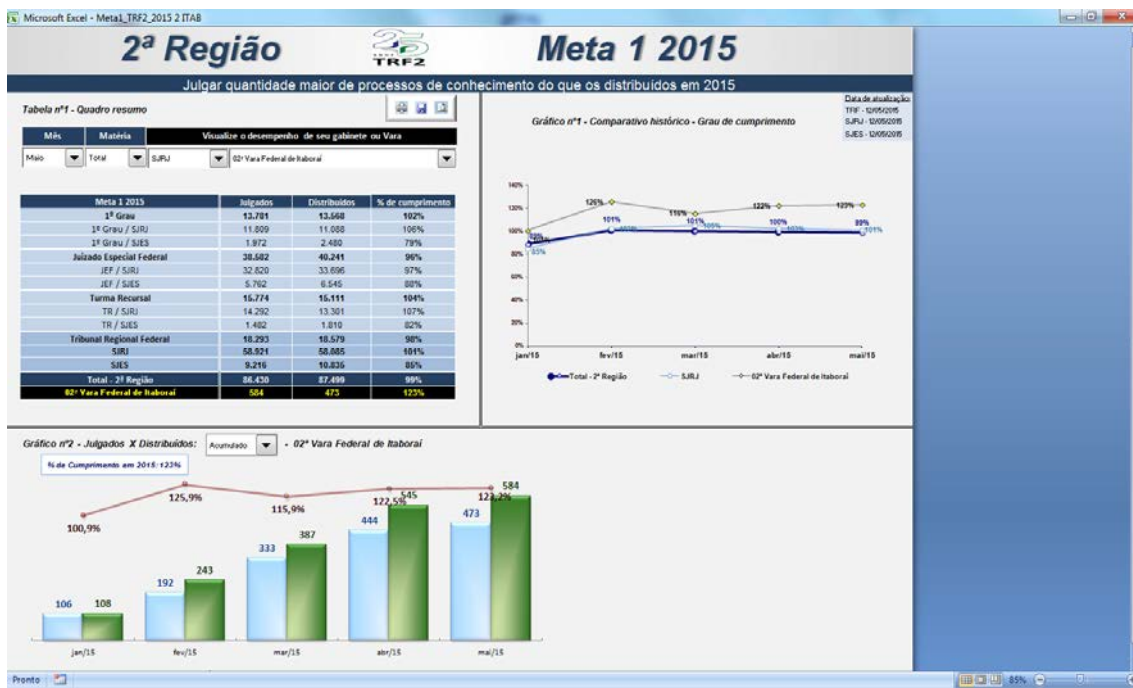
Metas Nacionais para 2015 aprovadas no VIII Encontro Nacional do Judiciário

OBS.: Apesar da divulgação das Metas Nacionais para o ano de 2015, ainda não foram disponibilizados, por ocasião da elaboração deste Relatório, os mecanismos necessários para a extração de todos os dados no Portal de Estatísticas deste Tribunal. Assim, quando necessário, foram analisadas as Metas referentes ao ano de 2014, com as adaptações possíveis.

### **I – META 1/2015: Julgar mais processos que os distribuídos.**

(Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente).

Situação (acumulado): De acordo com o gráfico obtido do Portal de Estatísticas da 2ª Região, extraído em 13/05/2015, verifica-se que, na 1ª Vara Federal de Itaboraí, o **percentual de cumprimento da meta foi de 123%**, como ilustra o gráfico a seguir:



Fonte: Portal de Estatísticas 2ª Região, link CNJ, Metas Prioritárias, extraído em 13/05/2015.

## II – META 2/2015: Julgar processos mais antigos.

(Na Justiça Federal, 100% dos processos distribuídos até 31/12/2010, no 1º e no 2º graus, e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2011 e 70% dos processos distribuídos até 31/12/2012, nos Juizados Especiais e Turmas Recursais Federais).

Situação: De acordo com o gráfico obtido do Portal de Estatísticas da 2ª Região, referente à **Meta 2 de 2014**, extraído em 27/04/2015, constam **47** processos pendentes de julgamento:

➔ **Autuados/Aceite até 2008: 29 processos:**

00006854420054025107	01005-ORDINÁRIA/OUTRAS
00010110420054025107	12007-EMBARGOS À AÇÃO MONITÓRIA
00012519020054025107	12007-EMBARGOS À AÇÃO MONITÓRIA
00028660220064025101	01004-ORDINÁRIA/IMÓVEIS
00788630619974025101	01005-ORDINÁRIA/OUTRAS
00003854820064025107	05010-AÇÃO DE DESAPROPRIAÇÃO
00007292920064025107	01004-ORDINÁRIA/IMÓVEIS
00002847420074025107	05011-REINTEGRAÇÃO / MANUTENÇÃO DE POSSE

00005860620074025107	12007-EMBARGOS À AÇÃO MONITÓRIA
00008554520074025107	12007-EMBARGOS À AÇÃO MONITÓRIA
00008797320074025107	01004-ORDINÁRIA/IMÓVEIS
00002213320084025101	01005-ORDINÁRIA/OUTRAS
00000878520084025107	05012-AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO DE ALUGUEL
<b>00014079120084025101</b>	<b>01003-ORDINÁRIA/SERVIDORES PÚBLICOS</b>
00001553520084025107	12007-EMBARGOS À AÇÃO MONITÓRIA
00002515020084025107	01004-ORDINÁRIA/IMÓVEIS
00008962220084025157	01003-ORDINÁRIA/SERVIDORES PÚBLICOS
00004429520084025107	01004-ORDINÁRIA/IMÓVEIS
00005684820084025107	05009-AÇÃO DE USUCAPIÃO
<b>00004567920084025107</b>	<b>06006-AÇÃO CIVIL PÚBLICA/IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA (*)</b>
00163631520084025101	01003-ORDINÁRIA/SERVIDORES PÚBLICOS
00006187420084025107	01005-ORDINÁRIA/OUTRAS
00006906120084025107	01002-ORDINÁRIA/PREVIDENCIÁRIA
<b>00007260620084025107</b>	<b>01002-ORDINÁRIA/PREVIDENCIÁRIA</b>
00015389220084025157	01002-ORDINÁRIA/PREVIDENCIÁRIA
06010843419994025107	01005-ORDINÁRIA/OUTRAS
00003445720014025107	01002-ORDINÁRIA/PREVIDENCIÁRIA
00006603620024025107	05009-AÇÃO DE USUCAPIÃO
00001323120044025107	05011-REINTEGRAÇÃO / MANUTENÇÃO DE POSSE

(\*) Analisados no tópico pertinente às ações civis públicas e ações por improbidade.

Dentre estes, foram analisados por amostragem os seguintes:

00006854420054025107 – 01005 - ORDINÁRIA/OUTRAS: Distribuída em 15/06/2005 e redistribuída em 15/04/2011 para a 2ª VF de Itaboraí. Em 22/04/2015, foi proferida sentença julgando procedente em parte o pedido, classificada como tipo A, publicada em 04/05/05.

00010110420054025107 - 12007-EMBARGOS À AÇÃO MONITÓRIA: Autuada em 27/09/2005, foi redistribuída em 12/04/2011 para a 2ª VF de Itaboraí. Realizada prova pericial, foi prorrogado prazo para manifestação acerca do laudo, em **31/03/2015**, e o processo encontra-se com carga para a CEF, desde então.

00012519020054025107 – 12007 - EMBARGOS À AÇÃO MONITÓRIA: Autuado em 06/12/2005, foi convertido o julgamento em diligência em decisão datada de 12/02/2015, para realização de prova pericial. **O processo encontra-se com carga para a CEF, desde 10/03/2015.**

00028660220064025101 – 01004 – ORDINÁRIA IMÓVEIS: Autuada em 14/02/2006. Diante da possibilidade de composição amigável da lide, foi assinado prazo para as partes se manifestarem, em 03/10/2014. Último despacho de 29/04/2015, determinando manifestação da CEF.

00788630619974025101 – 1005 – ORDINÁRIA/OUTRAS: Autuado em 30/09/1997, foi redistribuído para a 2ª VF de Itaboraí em 04/06/2014. Em 30/03/2015, foi determinada a intimação da União para que trouxesse documentos, e o processo encontra-se com carga para a AGU desde 09/04/2015.

00007292920064025107 – 01004 - ORDINÁRIA/IMÓVEIS: Distribuída em 19/12/2006, foi redistribuída à 2ª VF de Itaboraí em 14/04/2011. Em razão da possibilidade de venda direta do imóvel ao ocupante, foi assinado, em 14/10/2014, prazo para comprovação da venda direta e manifestação sobre eventual interesse no prosseguimento do feito. **E, desde então, foram deferidas sucessivas prorrogações de prazo à CEF (em 02/12/2014 e 03/03/2015), a última por 30 dias.** O processo encontra-se concluso desde 28/04/2015, e há minuta de despacho no sistema.

00014079120084025101 – 01003 - ORDINÁRIA/SERVIDORES PÚBLICOS: Distribuída em 21/02/2008, foi redistribuída em 14/03/2012 para a 2ª VF de Itaboraí. O processo foi concluso para sentença por duas vezes, mas o julgamento foi convertido em diligência nas duas ocasiões (em 19/06/2012 e 22/05/2014). Último despacho, datado de 20/03/2015, determinou a intimação da segunda Ré para apresentar cópia da sentença prolatada em ação de alimentos,



no prazo derradeiro de 10 dias. **O processo encontra-se com carga para o Réu, desde 15/04/2015.**

00007260620084025107 – 01002 -  
ORDINÁRIA/PREVIDENCIÁRIA (200851070007260): Autuado em 10/12/2008, audiência realizada em 31/07/2014. Julgamento convertido em diligência em 10/04/2015, para designar audiência de conciliação, instrução e julgamento em 17/06/2015.

➔ **Autuados/Aceite em 2009:** 07 processos:

00000606820094025107	01002-ORDINÁRIA/PREVIDENCIÁRIA
00001568320094025107	12007-EMBARGOS À AÇÃO MONITÓRIA
00001576820094025107	12007-EMBARGOS À AÇÃO MONITÓRIA
00002815120094025107	01004-ORDINÁRIA/IMÓVEIS
00007491520094025107	01002-ORDINÁRIA/PREVIDENCIÁRIA
00007587420094025107	01007-ORDINÁRIA/IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA (*)
00007595920094025107	01007-ORDINÁRIA/IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA (*)

(\*) Analisados no tópico pertinente às ações civis públicas e ações por improbidade.

Dentre estes, foram analisados os seguintes:

0000606820094025107 – 1002 – ORDINÁRIA/PREVIDENCIÁRIA: **Sem etiqueta de Meta 2.** Autuado em 11/01/1994, redistribuído em abril de 2011 para a 2ª VF de Itaboraí. Foi proferida sentença terminativa em 17/01/1995, reformada por acórdão datado de 17/05/2007. Último despacho de 13/04/2015, deferindo, dentre outras determinações, a realização de nova perícia, na área de oncologia. Último movimento cadastrado para “expedir solicitação de honorários”, em 29/04/2015.

00001568320094025107 - 12007-EMBARGOS À AÇÃO MONITÓRIA (200951070001560): Autuado em 29/07/2009. Último despacho datado de 29/04/2015, determinando intimação ao perito para prestar esclarecimentos.

00002815120094025107 - 01004-ORDINÁRIA/IMÓVEIS: Autuado em 25/05/2009. Teve o julgamento convertido em diligência em decisão datada de 13/02/2015, e o processo encontra-se com carga para o perito, desde 30/03/2015.

00001576820094025107 – 12007 – EMBARGOS À AÇÃO MONITÓRIA: **Sem etiqueta de Meta 2**. Autuada em 29/04/2009. Determinada realização de prova pericial, em decisão datada de 12/02/2015. Última petição da CEF, em 04/05/2015.

00007491520094025107 – 01002 – ORDINÁRIA/PREVIDENCIÁRIA: Autuada em 28/10/2009, com último despacho datado de 04/03/2015, designando defensor dativo. **Último movimento de juntada de laudo, em 18/03/2015.**

→ **JEF Autuados/Aceite em 2010:** 08 processos:

00007764720064025157	51002-JUIZADO/PREVIDENCIÁRIA
00008056320074025157	51002-JUIZADO/PREVIDENCIÁRIA
00015807820074025157	51002-JUIZADO/PREVIDENCIÁRIA
00003040720104025157	51002-JUIZADO/PREVIDENCIÁRIA
00006913220044025157	51002-JUIZADO/PREVIDENCIÁRIA
00006843020104025157	51001-JUIZADO/CÍVEL
00011399220104025157	51002-JUIZADO/PREVIDENCIÁRIA
00011355520104025157	51002-JUIZADO/PREVIDENCIÁRIA

Dentre estes, foram analisados os seguintes:

00007764720064025157 – 51002 – JUIZADO PREVIDENCIÁRIA (200651570007768): Autuado em 16/08/2006, foi noticiado o óbito da Autora e, desde 0/01/2013, aguarda-se a regular habilitação de seus sucessores, tendo sido proferidas sucessivas determinações judiciais neste sentido desde então. Último despacho de 29/04/2015, determinando suspensão do feito pelo prazo de 60 dias.

00008056320074025157 – 51002 – JUIZADO PREVIDENCIÁRIA: Autuado em 17/07/2007, foi realizada audiência de conciliação, instrução e julgamento no dia 19/08/2014. Último despacho datado de 13/04/2015, determinando providências à parte (sobre ação em trâmite

na Justiça Estadual), atendidas em 04/05/2015. O processo encontra-se disponível para remessa para a Ré, desde 16/04/2015.

00015807820074025157 – 51002 – JUIZADO/PREVIDENCIÁRIA: Autuado em 23/01/2008, foi realizada audiência em 25/03/2015. Último despacho de 21/04/2015, determinando intimação do INSS para que apresente documentos, sob pena de multa. O processo encontra-se com carga para o INSS, desde 24/04/2015.

00003040720104025157 – 51002 – JUIZADO PREVIDENCIÁRIA: Autuado em 20/04/2010, com audiência realizada em 15/01/2015. Último despacho de 10/03/2015, determinando expedição de ofícios.

**→ JEF Autuados/Aceite em 2011: 03 processos:**

00010399320104025107	51002-JUIZADO/PREVIDENCIÁRIA
00000994120114025157	51002-JUIZADO/PREVIDENCIÁRIA
00008771120114025157	51002-JUIZADO/PREVIDENCIÁRIA

00010399320104025107 – 51002 – JUIZADO PREVIDENCIÁRIA: Autuado em 06/01/2011, último despacho datado de 21/04/2015, abrindo vista ao MPF. Processo concluso para sentença em 01/05/2015.

00000994120114025157 - 51002 – JUIZADO PREVIDENCIÁRIA: Autuado em 08/02/2011, encontra-se concluso para sentença, desde 22/04/2015, com minuta do texto no sistema.

00008771120114025157 - 51002 – JUIZADO PREVIDENCIÁRIA: Autuado em 26/08/2011, último despacho datado de 22/04/2015, determinando expedição de ofícios. Último movimento de 27/04/2015, “aguardando devolução de mandado”.

Fonte: Mapas extraídos do Portal de Estatísticas 2ª Região, link CNJ, de 27/04/2015, e consultas ao Apolo.
--

### **III – META 03/2015: Aumentar os casos solucionados por conciliação.**

(Justiça Federal: Aumentar o percentual de casos encerrados por conciliação em relação ao ano anterior).

OBS: Não foi disponibilizado o mapa estatístico necessário para verificação do cumprimento desta Meta.

### **IV - META 4/2015: Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa (STJ, Justiça Federal, Justiça Estadual e Justiça Militar da União e dos Estados):**

(Identificar e julgar até 31/12/2015: Na Justiça Federal, pelo menos 70% das ações de improbidade administrativa distribuídas até 31/12/2013).

OBS: Em razão da falta de disponibilização do mapa estatístico necessário, os dados foram obtidos com base na META 04/2014 (Identificar e julgar, até 31/12/2014, as ações de improbidade administrativa e as ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública, sendo que: 100% das ações distribuídas até 31 de dezembro de 2011 e 50% das ações distribuídas em 2012).

Situação: Existem **05** processos de improbidade administrativa, e **06** de crimes contra a administração pública, dos quais **03** não possuem movimentação há mais de 100 dias, como ilustra o gráfico a seguir:

Meta4\_TRF2\_2014 2 ITA abr 2015 [Reparado] - Microsoft Excel

**2ª Região** **Meta 4 2014**

Identificar e julgar até 31/12/2014 as ações de improbidade administrativa e as ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública, sendo que: 100% das ações distribuídas até 31 de dezembro de 2011 e 50% das ações distribuídas em 2012.

Relatório gerado em 05/03/2015

Ano: 2014  
 Mês: Dezembro  
 Órgão (Vara ou Juizado Federal): 02ª Vara Federal de Itaboraí  
 Juízo: (Tudo)  
 Conclusão: (Tudo)  
 Distribuídos: (Tudo)

**Acervo pendente SJRJ**

Matéria	Última movimentação menos de 100 dias	há mais de 100 dias	Total geral
Improbidade administrativa	4	1	5
Crimes contra a administração	4	2	6
<b>Total geral</b>	<b>8</b>	<b>3</b>	<b>11</b>

Dê um duplo click no quantitativo para exibição dos processos pendentes

Eis a listagem:

00138893720094025101	01007- ORDINÁRIA/IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	01.03.01.03 - Improbidade Administrativa - Revogação e Anulação de Ato Administrativo - Atos Administrativos - Administrativo
00013077920124025107	06006-AÇÃO CIVIL PÚBLICA/IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	02.10.02 - Dano ao Erário Público - Responsabilidade Civil - Civil
00004567920084025107	06006-AÇÃO CIVIL PÚBLICA/IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	01.03.01.03 - Improbidade Administrativa - Revogação e Anulação de Ato Administrativo - Atos Administrativos - Administrativo
00004483420104025107	06006-AÇÃO CIVIL PÚBLICA/IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	01.03.01.03 - Improbidade Administrativa - Revogação e Anulação de Ato Administrativo - Atos Administrativos - Administrativo
00004474920104025107	01007- ORDINÁRIA/IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	01.03.01.03 - Improbidade Administrativa - Revogação e Anulação de Ato Administrativo - Atos Administrativos - Administrativo
00030531220034025102	21000-AÇÃO PENAL	05.18.01 - Moeda Falsa (art. 289) - Crimes contra a Fé Pública - Penal
00008556920124025107	21000-AÇÃO PENAL	05.19.27 - Contrabando ou descaminho (art. 334) - Crimes contra a Administração Pública - Penal
00008452520124025107	21000-AÇÃO PENAL	05.19.45 - Sonegação de papel ou objeto de valor probatório (art. 356) - Crimes contra a Administração Pública - Penal
00003002320104025107	21000-AÇÃO PENAL	05.10.15.01 - Estelionato Qualificado (art. 171, § 3º) - Estelionato (art. 171) - Crimes contra o Patrimônio - Penal

04903135520094025101	21000-AÇÃO PENAL	05.19.21 - Corrupção ativa (art. 333) - Crimes contra a Administração Pública - Penal
00008311720074025107	21000-AÇÃO PENAL	05.18.01.01 - Circulação de Moeda Falsa (art. 289, § 1º) - Moeda Falsa (art. 289) - Crimes contra a Fé Pública - Penal

. Ações Cíveis Públicas:

00013077920124025107 – 66845339 – 06006 - AÇÃO CIVIL PÚBLICA/IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA: Autuada em 13/12/2012, visando ao ressarcimento ao Erário. Foi deferida medida cautelar em decisão publicada em 21/05/2013, para decretar indisponibilidade de bens. O processo encontra-se, atualmente, concluso para despacho, desde 15/04/2015.

00004567920084025107 – 21435320 – 06006 - AÇÃO CIVIL PÚBLICA/IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA: Autuada em 27/08/2008, visando apuração de irregularidades no exercício de mandato eletivo. Foi redistribuída à 2ª VF de Itaboraí em 08/04/2011. Deferida prova pericial em 07/11/2011. Último despacho datado de 10/03/2015, determinando intimação do perito para entrega do laudo. O processo encontra-se, atualmente, aguardando devolução de mandado (desde 08/04/2015), com juntada em 30/04/2015.

00004483420104025107 – 48477654 – 06006 - AÇÃO CIVIL PÚBLICA/IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA: Autuado em 02/07/2010, visando ao ressarcimento ao Erário. Foi redistribuído para 2ª VF de Itaboraí em 03/05/2011. Em 06/03/2013, foi recebida a inicial e deferida medida cautelar, para decretar indisponibilidade de bens, e determinada a citação. Último despacho de 24/04/2015, deferindo devolução de prazo para alegações finais.

. Improbidade:

00004474920104025107 – 48477653 – 01007-ORDINÁRIA/IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA – Autuado em 02/07/2010. Sentença proferida em 13/04/2015, publicada em 20/04/2015, julgando procedente o pedido.

00138893720094025101 – 32245679 – 01007 - ORDINÁRIA/IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA: Autuado

inicialmente em 01/12/2004, tendo tramitado no Tribunal em razão da Lei n.º 10.628/2002. Em 03/10/2005, foi determinada a remessa ao juízo competente (em razão dos julgamentos do STF nas ADI's n.º 2797-2 e 2860-0). Declinada competência para Itaboraí em 12/04/2010. Sentença proferida em 24/11/2014, publicada em 17/04/2015, julgando procedente o pedido.

0000758-74.2009.4.02.5107 - 1007 - ORDINÁRIA/IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA (200951070007586): Autuada em 03/11/2009, inicial recebida em 24/03/2011. Audiência realizada em 22/07/2014, já tendo sido intimadas as partes para apresentação de memoriais. Última petição protocolada em 15/09/2014. Processo **concluso para sentença desde 26/09/2014, com minuta de texto no sistema.**

00007595920094025107 – 01007 - ORDINÁRIA/IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA: Autuada em 03/11/2009, foi redistribuída para a 2ª VF de Itaboraí em 05/05/2011. Em 11/05/2012, foi determinada suspensão do processo, em cumprimento ao determinado no processo n.º 000643-53.2009.4.02.5107, reativada em 26/12/2013. Recebida a inicial e deferida cautelar em 06/10/2014, para decretar indisponibilidade de bens. Última decisão de 23/10/2014, determinando citação por carta precatória. Último movimento, em 29/04/2015, aguardando cadastramento do BACENJUD, com certidão na mesma data sobre as restrições efetuadas.

. Ações Penais relacionadas a crimes contra a Administração Pública:

00030531220034025102 – 8389430 - 21000-AÇÃO PENAL – 05.18.01 (Moeda falsa – art. 289, CP): Há **controle de prescrição** na capa e contracapa, mas **incompleto no sistema, sem aviso cadastrado.** Denúncia recebida em 28/07/2011, e aditamento recebido em 04/10/2012. Processo concluso para sentença desde 15/12/2014, com minuta de texto no sistema.

00008556920124025107 – 63376266 - 21000-AÇÃO PENAL – 05.19.27 (Contrabando ou descaminho – art. 334, CP): Controle de prescrição no sistema (com aviso cadastrado). Denúncia recebida em 09/07/2012. Audiência realizada em 12/09/2012, quando foi homologada proposta de suspensão condicional do processo (art. 89,

Lei 9.099/95). Sentença extintiva da punibilidade (E1) proferida em 17/12/2014. Certidão de trânsito em julgado para o réu em 27/01/2015.

00008452520124025107 – 63368485 – 21000 - AÇÃO PENAL – 05.19.45 (Sonegação de papel ou objeto de valor probatório – art. 356, CP): Denúncia recebida em 09/07/2012. **Foi proferida sentença, classificada absolutória (tipo D2), em 26/04/2015, mas julgando procedente o pedido, para condenar o réu nas penas do art. 356 do CP.** O processo encontra-se com carga, para o MPF, desde 28/04/2015. Controle de prescrição no sistema (com aviso cadastrado).

00003002320104025107 – 47435524 – 21000 - AÇÃO PENAL – 05.10.15.01 (Estelionato qualificado – art. 171, § 3º, CP): Denúncia recebida em 19/10/2012. Último despacho de 14/04/2015, determinando expedição de carta precatória. Controle de prescrição no sistema (com aviso cadastrado), na capa, contracapa, e à fl. 09 dos autos.

04903135520094025101 – 42176199 – 21000 - AÇÃO PENAL – 02.19.21 e 05.20.20: Corrupção ativa (art. 333, CP) e crimes de trânsito: Denúncia recebida em 04/12/2012. Foi proferida sentença condenatória (Tipo D1) em 14/04/2015. Controle de prescrição no Apolo (com aviso cadastrado), na capa, contracapa e à fl. 08 do processo.

00008311720074025107 – 15481818 - 21000-AÇÃO PENAL – 05.18.01.01 (Circulação de Moeda Falsa, art. 289, § 1º, CP): Denúncia recebida em 21/07/2011. Julgamento convertido em diligência em 28/04/2015. Último movimento em 30/04/2015, para expedição de mandado. Há controle de prescrição no sistema (com aviso cadastrado, reportando-se às fls. 43/44).

Fonte: Portal de Estatísticas 2ª Região, link CNJ, Metas Prioritárias, em 27/04/2015, e consultas ao sistema Apolo e aos processos disponibilizados pela Vara.
--

**V – META 5/2015: Impulsionar processos à execução (Justiça do Trabalho e Justiça Federal).**



(Baixar em 2015: Na Justiça Federal, quantidade maior de processos de execução não fiscal do que o total de casos novos de execução não fiscal no ano corrente.)

OBS: Dados obtidos relativos à META 03/2014, em razão da não disponibilização dos mapas respectivos no Portal de Estatísticas.

	Fiscal	Não Fiscal	Total
Abril/2014	519	179	698
Abril/2015	319	133	452
Redução (%)	38,54%	25,70%	35,24%

Fonte: Portal de Estatísticas 2ª Região, link CNJ, Metas Prioritárias, em 30/04/2015.

## **VI – META 6/2015: Priorizar o julgamento das ações coletivas (STJ, Justiça Estadual, Justiça Federal e Justiça do Trabalho)**

(Identificar e julgar, até 31/12/2015, as ações coletivas distribuídas: Na Justiça Federal, até 31/12/2012, no 1º grau, e até 31/12/2013, no 2º grau).

OBS: Em razão da não disponibilização dos mapas necessários no Portal de Estatísticas deste Tribunal, os dados foram extraídos do Apolo, através de relatório por classe de processos.

### **Classes:**

**a) Ação Popular, Mandado de Segurança Coletivo: N/A.**

**b) Ação Civil Pública (6001):** Em trâmite: 05  
Suspensos: 00  
Ag. Recurso TRF: 02  
Total: 07

00005509020094025107 - 06001-AÇÃO CIVIL PÚBLICA - 02.10.03  
- Dano Ambiental - Responsabilidade Civil – Civil - 02 - Direito Civil

e outras matérias do Direito Privado – 200951070005504: Autuada em 15/09/2009, com sentença classificada como tipo A, proferida em 18/06/2014, julgando procedente o pedido. Último despacho de 10/03/2015, determinando intimação para cumprimento de antecipação da tutela deferida na sentença, e posterior remessa ao TRF.

00007484020034025107 - 06001-AÇÃO CIVIL PÚBLICA - 02.10.03 - Dano Ambiental - Responsabilidade Civil – Civil - 02 - Direito Civil e outras matérias do Direito Privado – 200351070007481: Autuada em 04/09/2003, com sentença proferida em 10/09/2004. Último despacho de 04/05/2015, determinando, dentre outras providências, a expedição de ofício ao ICMBio.

00008086620104025107 - 06001-AÇÃO CIVIL PÚBLICA - 02.10.03 - Dano Ambiental - Responsabilidade Civil – Civil - 02 - Direito Civil e outras matérias do Direito Privado – 201051070008088: Autuada em 24/11/2010, com sentença proferida em 05/06/2014, transitada em julgado. Processo concluso para despacho desde 29/04/2015.

00001053320134025107 - 06001-AÇÃO CIVIL PÚBLICA - 05.20.15.04 - Agrotóxicos (Lei 7.802/89) - Crimes contra o Meio Ambiente (Lei 9.605/98) - Crimes Previstos na Legislação Extravagante – Penal - 05 - Direito Penal – 201351070001058: Autuado em 25/02/2013, inicial recebida em 06/02/2014, com deferimento da antecipação dos efeitos da tutela. Último despacho de 16/03/2015, para intimação das partes em alegações finais. Concluso para sentença em 07/05/2015.

00428721820154025107 - 06001- AÇÃO CIVIL PÚBLICA - 01.21 - Meio Ambiente - 01 - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público – 201551070428725: Autuado em 28/04/2015, concluso para despacho na mesma data.

**c) Ação Civil Pública/Improbidade Administrativa (6006):**

Em trâmite: 05  
Suspensos: 00  
Ag. Recurso TRF: 01  
Total: 06

00004567920084025107 - 06006 - AÇÃO CIVIL PÚBLICA/IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - 01.03.01.03 - Improbidade Administrativa - Revogação e Anulação de Ato Administrativo - Atos Administrativos – Administrativo - 01 - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público - 200851070004568: (\*) Analisada no âmbito da Meta 4.

00004483420104025107 - 06006-AÇÃO CIVIL PÚBLICA/IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - 01.03.01.03 - Improbidade Administrativa - Revogação e Anulação de Ato Administrativo - Atos Administrativos – Administrativo - 01 - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público – 201051070004484: (\*) Analisada no âmbito da Meta 4.

00013077920124025107 - 06006-AÇÃO CIVIL PÚBLICA/IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - 02.10.02 - Dano ao Erário Público - Responsabilidade Civil – Civil - 02 - Direito Civil e outras matérias do Direito Privado – 201251070013070: (\*) Analisada no âmbito da Meta 4.

00012031920144025107 - 06006 - AÇÃO CIVIL PÚBLICA/IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - 01.14.13 – Convênio - 01 - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público – 201451070012036: Autuada em 24/10/2014, recebida em 25/11/2014, com deferimento de medida cautelar para decretar indisponibilidade de bens. Último despacho de 14/04/2015, assinando prazo para que seja informado endereço da parte ré, estando o processo aguardando tal manifestação, desde 24/04/2015.

00000132220034025102 - 06006 - AÇÃO CIVIL PÚBLICA/IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - 01.06.04 - Desapropriação por Interesse Social para Reforma Agrária/Art. 184 CF/88 - Intervenção na Propriedade – Administrativo - 01 - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público – 200351020000132: Autuada em 07/01/2003, declinada a competência para Itaboraí em 05/11/2007. Com sentença terminativa proferida em 06/06/2013. Ordem de remessa do processo ao TRF em 29/01/2014, aguardando regularização da representação processual da parte ré. Diante da posterior notícia do óbito do réu, foi determinada a indicação dos sucessores (em 08/09/2014). Último despacho de

05/05/2015, determinando intimação de possível sucessor para habilitação.

Fonte: Mapas extraídos do Portal de Estatísticas 2ª Região, link CNJ, de 27/04/2015, e consultas ao Apolo.

**→ PROCESSOS DE VERIFICAÇÃO OBRIGATÓRIA:**

**(art. 12, § único da Resolução n.º 496/2006, do CJF, e art. 218 da CNCR)**

**. MATÉRIA CÍVEL**

Analisando os Mapas Estatísticos de Movimentação Processual (Sintético e Analítico), referente ao período de 10/2014 a 03/2015, emitidos em 27/04/2015, verificou-se a seguinte situação:

**. MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO: 00**

**. AÇÃO POPULAR: 00**

**. AÇÃO CIVIL PÚBLICA:**

Total: 09 (\*)

Suspensos: 00

Ag. Recurso TRF: 00

Em trâmite: 09

(\*) Examinadas na parte relativa ao cumprimento das Metas do CNJ.

Fonte: Mapas - Movimentação Processual da 1ª Instância/Juizado Especial Federal (Sintético e Analítico), constantes do módulo Secretaria, no relatório de Estatística de Processos Distribuídos, do Sistema Apolo, relativos ao mês de março/2015, extraída em 27/04/2015.

**. AÇÃO DE USUCAPIÃO:**

Em trâmite: 05

Suspensos: 00

0000332-57.2012.4.02.5107: Distribuída em 11.05.2012, com último despacho em 23.01.2015, determinando providências para a citação dos confinantes. O processo encontra-se concluso para despacho, desde 15.04.2015.

0000334-61.2011.4.02.5107: Autuada em 18.05.2011, com sentença terminativa em 07.01.2014, com trânsito em julgado certificado em 11.05.2014. Atualmente, o processo está em fase de execução do julgado, e concluso para despacho, desde 24.03.2015.

0000568-48.2008.4.02.5107: Autuado em 24.09.2008, com último despacho de 12.02.2015, determinando vista às partes. O processo encontra-se, atualmente, com carga para a Procuradoria Seccional da ANTT.

0000660-36.2002.4.02.5107: Autuado em 25.11.2002, com último despacho em 09.03.2015, determinando vista à parte autora. Último movimento datado de 14.04.2015, tipo “diligências”.

0000749-78.2010.4.02.5107: Atuado em 26.10.2010, com último despacho de 11.03.2015, determinando a sucessão processual da parte autora falecida, sob pena de extinção. **Último movimento de publicação do referido despacho, em 17.03.2015.**

#### **. AÇÃO DE DESAPROPRIAÇÃO:**

Em trâmite: 11

Suspensos: 0

Por amostragem, foram analisados os seguintes processos:

0000341-48.2014.4.02.5107: Autuado em 15.05.2014, foi deferida a imissão provisória na posse em 23.02.2015. Último movimento de 10.04.2014, de expedição de mandado.

0000343-18.2014.4.02.5107 : Autuado em 15.05.2014, foi deferida a imissão provisória na posse em 23.02.2015. Último movimento de 05.03.2015, aguardando devolução de mandado.

0000385-48.2006.4.02.5107 :Autuado em 07.07.2006, com sentença classificada como tipo “A” em 26.04.2015. Último movimento de 30.04.2015, de remessa com carga para réu por motivo de recurso.

0133793-57.2014.4.02.5107: Autuado em 02.07.2014, com último despacho de 26.03.2015, determinando à parte autora que apresente documentos. Último movimento de juntada, em 15.04.2015.

0600609-78.1999.4.02.5107: Autuado em 05.07.1999, com sentença em 17.07.2007. último despacho de 31.03.2015, para intimação da parte autora para que requeira o que for cabível. Último movimento de remessa para o Autor, em 15.04.2015.

#### **. AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO/MANUTENÇÃO DE POSSE:**

Total: 36

Suspensos: 01

Ag. Julgamento recurso: 00

Em tramitação: 35

Por amostragem, foram analisados os seguintes processos:

0000071-34.2008.4.02.5107: Autuado em 28.01.2008, com sentença proferida em 26.11.2014. Disponível para remessa ao arquivo, em 14.04.2015.

0000124-54.2004.4.02.5107: Autuado em 22.03.2004, com sentença terminativa proferida em 10.02.2015. Processo concluso para sentença em 17.04.2015.

0000132-31.2004.4.02.5107: Autuado em 30.03.2004, com último despacho em 07.04.2015, determinando manifestação da parte autora. Último movimento de devolução de remessa, em 29.04.2015.

0000148-48.2005.4.02.5107: Autuado em 16.02.2005, com sentença homologatória de acordo em 01.08.2007. Último movimento de remessa com carga para CEF, em 31.03.2015.

0000409-18.2002.4.02.5107: Autuado em 12.07.2002, com sentença em 25.03.2012. último despacho de 14.04.2015, com vista à CEF e posterior baixa e arquivamento.

#### **→ PROCESSOS DE VERIFICAÇÃO OBRIGATÓRIA: MATÉRIA CRIMINAL**

**. HABEAS CORPUS: 00**

**. PROCESSOS COM RÉU PRESO: 00**

**. COMUNICAÇÃO DE PRISÃO: 01**

0500032-51.2015.4.02.5101: Apensado no sistema ao processo tipo Petição/Criminal n.º 0500032-51.2015.4.02.5101. Distribuído em 15/03/2015, em regime de plantão, com prisão em flagrante efetuada em 14/03/2015 (art. 304, CP). Nota de culpa entregue ao preso, tendo sido comunicados da prisão o juízo, o MPF, e Defensoria. Realizado exame de corpo de delito. Relatório da autoridade policial em 26/03/2015. Decisão sobre a liberdade provisória em 15/03/2015, e alvará de soltura expedido e cumprido no mesmo dia. Último despacho de 24/04/2015, determinando autuação como inquérito policial.

**. PROCESSOS COM EXPEDIÇÃO DE CARTA DE EXECUÇÃO DE SENTENÇA PENAL (CESP) (Art. 263 da CNCR): 02**

0002380-56.2012.4.02.5117: Processo com baixa (arquivado) em 27/03/2015, e trânsito em julgado certificado em 20/10/2014. Foi determinada a expedição de Carta de Execução de Sentença Penal em 18/11/2014, a qual foi expedida em 04/12/2014, sob o n.º CES.0702.000005-3/2014.

0000725-79.2012.4.02.5107: processo com último despacho de 22/10/2014, determinando a expedição da CESP, a qual foi expedida em 20/01/2015, sob o n.º CES.0702.000001-3/2015. Trânsito em julgado do acórdão de fl. 210, c.f despacho datado de 22/10/2014.

**. PROCESSOS COM SENTENÇA CONDENATÓRIA (COM TRÂNSITO)**

Foram localizados os seguintes processos com sentença condenatória transitada em julgado, ainda sem expedição da carta de execução respectiva:

00006221420084025107: Há controle de prescrição no sistema (com aviso cadastrado), na capa, contracapa e à fl. 30 do processo. Denúncia oferecida em 11/07/2011, recebida em 21/07/2011. Sentença condenatória (tipo “D1”) proferida em 26/03/2013, com trânsito em julgado em 29/01/2015. Determinada expedição de CESP em 13/04/2015.

00008590920124025107: Há controle de prescrição no sistema (com aviso cadastrado), na capa e à fl. 07 do processo. Denúncia oferecida em 18/04/2012 e recebida em 30/05/2012 (Art. 171, § 3º, CP). **Sentença condenatória (sem classificação) no corpo do texto**, de 15/04/2014. Trânsito em julgado em 13/01/2015 para a defesa. Determinada expedição de CESP em 04/03/2015.

#### **. EXPEDIÇÃO E ENCAMINHAMENTO DO BIC (BOLETIM DE INFORMAÇÕES CADASTRAIS) (Art. 264 da CNCR):**

De acordo com consulta realizada no Sistema Apolo, Expedientes, tipo 15 (BIC), em 04/05/2015, não constam dados para extração deste relatório.

#### **. CONTROLE DE INCIDÊNCIA DA PRESCRIÇÃO PENAL:**

Segundo o servidor responsável pela área criminal, além das etiquetas no processo e respectivas certidões físicas e eletrônicas, é feita uma listagem de controle de prescrição das ações penais, e também daquelas que estão aguardando cumprimento através de carta precatória.

Além das demais ações penais objeto deste relatório, foram analisadas, por amostragem, as seguintes ações penais, cujo detalhamento visa verificar se o Juízo Correicionado realiza e de que forma o controle de prescrição penal, como descrito a seguir:

00003268420114025107: Há controle de prescrição no sistema (com aviso cadastrado), na capa, contracapa, e à fl. 09 do processo. Denúncia oferecida em 09/12/2011 (art. 334, § 1º, “c” e “d”, CP), rejeitada em 02/03/2012. Recurso em sentido estrito provido em 17/04/2013, para receber a denúncia determinar o prosseguimento do feito. Audiência em 06/02/2014, determinando a suspensão



condicional do processo, efetuando-se desde então o controle do cumprimento das medidas.

00008626120124025107: Há controle de prescrição no sistema (com aviso cadastrado), na capa, contracapa e à fl. 07 do processo. Denúncia oferecida em 30/04/2012, recebida em 30/05/2012 (art. 171, § 3º, CP). Sentença condenatória proferida em 05/11/2014 (classificada como “D1”). Ambas as partes interpuseram recursos, pendentes de exame de admissibilidade.

00011668920144025107: Há controle de prescrição no sistema (com aviso cadastrado), na capa, contracapa e à fl. 241 do processo. Denúncia oferecida em 13/06/2011, recebida em 28/07/2011. Posteriormente aditada em 05/09/2012 e aditamento recebido em 04/10/2012. Processo posteriormente desmembrado em relação a um dos réus. Decisão datada de 04/12/2014, suspendendo o processo na forma do art. 366 do CPP, e decretando a prisão preventiva do réu.

00001019820104025107: Há controle de prescrição no sistema (com aviso cadastrado), na capa, contracapa, e à fl. 134 do processo. Denúncia oferecida em 14/07/2011, recebida em 21/07/2011. Em 09/05/2012, foi determinada a suspensão do processo, na forma do art. 366 do CPP, e, após a citação por edital, foi ratificada a ordem de suspensão, em 07/06/2013, nos termos da Súmula n.º 415 do STJ.

00003074420124025107: Há controle de prescrição no sistema (com aviso cadastrado), na capa, contracapa e à fl. 12. Denúncia oferecida em 24/01/2012, recebida em 06/03/2012. Em 30/10/13, foi determinada a suspensão do feito, na forma do art. 89 da Lei n.º 9.099/95.

#### **. RECOLHIMENTO DE MANDADO DE PRISÃO A CONTAR DA REVOGAÇÃO:**

Conforme informado no Questionário de Autoinspeção, bem como de acordo com o informado pelo setor criminal, na ocasião da correição presencial, não há processo na situação pertinente ao item. O procedimento descrito pelo servidor responsável para esses casos consiste em cadastrar no Apolo a remessa à Polícia Federal (Código 27), com a informação da

revogação cadastrada no sistema do CNJ e posteriormente juntada ao processo, além da expedição de ofícios à Polícia Federal e Polinter.

### **. CARTA PRECATÓRIA PENAL:**

Classe 28001:

Total: 03

Suspensos: 01

Em tramitação: 02

0000318-05.2014.4.02.5107: Designada audiência admonitória em 07/08/2014, com decisão datada de 06/05/2015, declinando da competência para a 1ª Vara de Itaboraí.

0000036-30.2015.4.02.5107: Designada audiência para oitiva de testemunha em 08/04/2015, já com baixa (devolvido) em 27/04/2015.

0000055-36.2015.4.02.5107: Determinado, em 14/04/2015, a mudança para a classe pertinente (carta precatória para cumprimento de carta de execução penal) e oportuna redistribuição para a 1ª VF de Itaboraí.

**OBSERVAÇÕES FINAIS:** O servidor responsável pelo setor criminal do juízo correicionado também acrescentou que há uma listagem de controle dos Réus que estão cumprindo medidas de suspensão condicional do processo, com o controle da fase atual deste cumprimento.

Fonte: Mapas - Movimentação Processual da 1ª Instância/Juizado Especial Federal (Sintético e Analítico), constantes do módulo Secretaria, no relatório de Estatística de Processos Distribuídos, do Sistema Apolo, relativos ao mês de março/2015, extraído em 27/04/2015 e consultas ao Sistema Apolo.

### **→ AUDIÊNCIAS (DE 01/10/2014 a 31/03/2015) (Art. 35, I, CNCR)**

1. TOTAL: 118 AUDIÊNCIAS DESIGNADAS, sendo a primeira em 03/10/2014 e a última em 25/03/2015.

## 2. AUDIÊNCIAS REALIZADAS MENSALMENTE:

- . Outubro/2014: 18
- . Novembro/2014: 26
- . Dezembro/2014: 06
- . Janeiro/2015: 21
- . Fevereiro/2015: 32
- . Março/2015: 15

Mapa: Agenda de Audiências - módulo Consultas e Relatórios, do Sistema Apolo e SJRJ Intranet Apolo – NPROC – Planilhas Apolo (Excel) – Audiências.
---

## ➔ PROCESSAMENTO DE FEITOS CÍVEIS E CRIMINAIS (FÍSICOS/VIRTUAIS)

### 1. INICIAIS/RECEBIMENTO DA DENÚNCIA (Artigos 305 a 316 da CNCR)

Analisados os locais virtuais existentes no órgão correccionado, não se encontrou nenhum endereço eletrônico para as iniciais.

De acordo com o questionário de autoinspeção de 2015:

*“Na análise das iniciais é verificado, de forma geral, o atendimento ou não dos requisitos previstos nos arts. 282 e 283 do CPC. Em caso negativo, procede-se à intimação da parte autora para que a emende no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de indeferimento, nos termos do art. 284, do CPC.*

*De forma mais específica, são verificados ainda os seguintes itens: a) se a procuração está devidamente assinada e outorga poderes ao mesmo advogado que subscreve a inicial, sendo ainda exigida, no caso de analfabeto, a assinatura a rogo, nos termos do art. 595*

do Código Civil, salvo nas hipóteses de apresentação de procuração por instrumento público;

b) se foi apresentada a declaração de que trata a Lei nº 7.510/86, assinada pela própria parte autora, quando postulado o benefício da gratuidade de justiça, bem como se foi requerida a nomeação de Defensor Dativo;

c) se foi apresentada a declaração de renúncia ao excedente a 60 salários mínimos da postulação que forma o valor da causa, para efeito da fixação da competência dos Juizados Especiais, nos termos do Enunciado 65 das Turmas Recursais, assinada pela própria parte autora ou por advogado com poderes específicos para tal;

d) se a parte autora foi devidamente identificada por meio da apresentação de seus documentos de identidade e de inscrição no CPF, bem como, tendo em vista a competência territorial com base no domicílio do autor, se foi apresentado o comprovante de residência atual (referente a um dos últimos seis meses) ou declaração de residência, firmada pela parte ou por advogado com poderes específicos, nos termos dos arts. 1º, 2º e 3º, da Lei nº 7.115/1983;

e) se foi juntado aos autos comprovante de indeferimento do requerimento administrativo, nos casos de pedido de concessão/restabelecimento de benefício previdenciário, para fins de configuração de pretensão resistida.

É feita, ainda, uma análise minuciosa dos termos de **distribuição por dependência** – certidão emitida quando surgem as hipóteses do art. 253 do CPC e é identificada pelo sistema a identidade de objetos e de assuntos – e de **informação**, em que são listados processos anteriores com idêntico objeto, seja ou não idêntico o assunto e ainda que tenham sido distribuídos a Juízos de competência material ou territorial distinta. Nestas hipóteses, o servidor responsável certificará as ocorrências verificadas em todos os casos de distribuição por dependência, ou, quando se tratar de termo de informação, sempre que este apontar processos com mesmo objeto e assunto.”

De acordo com o que foi informado pela supervisora do setor cível da vara correicionada, o controle das iniciais é feito por escaninhos, intitulado “CV – INICIAIS”. Todas as iniciais são eletrônicas e o diretor pega no balcão de entrada e distribui. A quem for distribuído, incumbe a análise e se há termo de prevenção, lançando a minuta padrão e encaminhando, a seguir, para o juiz, dando prosseguimento ao feito. Ressalte-se que há um servidor responsável em fazer uma triagem para os casos urgentes, que encaminha imediatamente para o gabinete e este dar-lhe-á prioridade.

- Processos criminais:

Conforme informado pelo supervisor do setor criminal da vara correicionada, a organização dos processos criminais é feita em dois armários com 15 escaninhos cada. Há um escaninho para organizar as denúncias, intitulado “DENÚNCIAS NOVAS”, que são apreciadas no máximo em 15 dias pelo servidor responsável, que também lança a minuta padrão e encaminha ao juiz. A seguir, o processo retorna ao servidor responsável que digitaliza a denúncia, dando prosseguimento ao feito.

- JEF – Juizado Especial Federal:

Conforme informado pelo supervisor do setor de juizado especial federal – JEF, há uma servidora para analisar e lançar a minuta da inicial. A seguir, a inicial vai para um escaninho intitulado “JEF – TRIAGEM”, em que o servidor responsável faz uma revisão, corrigindo eventuais erros e encaminhando para o juiz, dando, assim, prosseguimento ao feito.

- Execução Fiscal:

Conforme informado pelo supervisor do setor de execução fiscal, chegando a inicial no balcão de entrada, esta é encaminhada imediatamente para um escaninho intitulado “EF – CONCLUSÃO DIVERSOS” pelo servidor responsável, que lança um despacho padrão com hipóteses diversas, encaminhando para o juiz, que analisa as referidas hipóteses, dando prosseguimento ao feito. Ressalte-se que esse controle é feito diariamente, às vezes mais de uma vez.

Fonte: Questionário de Autoinspeção. Sistema Apolo – módulo Secretaria e módulo Consultas e Relatórios – Processos Distribuídos, Entrevista e Locais Virtuais (Autorização de Usuário). **Posição em 11/05/2015, às 16h46.**

## 2. BALCÃO DE ENTRADA

a. Documentos: 98

b. Sendo o mais antigo de 06/04/2015, sob o nº 0000986-35.2012.4.02.5110.

Fonte: Sistema Apolo – módulo Secretaria e Locais Virtuais (Autorização de Usuário). **Posição em 11/05/03/2015, às 16h46.**

## 3. SISTEMÁTICA DE VERIFICAÇÃO DE PREVENÇÃO (Artigos 305 a 317 da CNCR)

Analisados os locais virtuais existentes no órgão correicionado, não se encontrou nenhum endereço eletrônico para as prevenções.

De acordo com o questionário de autoinspeção de 2015:

*“É feita, ainda, uma análise minuciosa dos termos de **distribuição por dependência** – certidão emitida quando surgem as hipóteses do art. 253 do CPC e é identificada pelo sistema a identidade de objetos e de assuntos – e de **informação**, em que são listados processos anteriores com idêntico objeto, seja ou não idêntico o assunto e ainda que tenham sido distribuídos a Juízos de competência material ou territorial distinta. Nestas hipóteses, o servidor responsável certificará as ocorrências verificadas em todos os casos de distribuição por dependência, ou, quando se tratar de termo de informação, sempre que este apontar processos com mesmo objeto e assunto.”*

### - Processos cíveis:

Conforme informado pelo supervisor do setor cível da vara correicionada, as hipóteses de prevenção são analisadas com as iniciais.

### - Processos criminais:

Conforme informado pelo supervisor do setor criminal da vara correicionada, raramente há prevenção.

- JEF – Juizado Especial Federal:

Conforme informado pelo supervisor do setor de juizado especial federal – JEF, as hipóteses de prevenção são analisadas junto com as iniciais.

- Execução Fiscal:

Conforme informado pelo supervisor do setor de execução fiscal, raramente há prevenção.

Fonte: Questionário de Autoinspeção, Entrevista e Locais Virtuais (Autorização de Usuário). Posição em 11/05/2015, às 16h46.

#### **4. TOTAL DE PROCESSOS CONCLUSOS COM PRAZO VENCIDO (Arts. 227 da CNCR):**

- a. P/ DESPACHO HÁ MAIS DE 30 DIAS: 20
- b. P/ DECISÃO HÁ MAIS DE 60 DIAS: 00
- c. P/ SENTENÇA HÁ MAIS DE 180 DIAS: 05

De acordo com o questionário de autoinspeção de 2015:

*“No decorrer de cada mês, são extraídos relatórios que permitem mensurar a distribuição, o acervo e a produtividade (despachos, decisões e sentenças proferidos), bem como identificar processos com prazo vencido, processos conclusos ou processos parados além dos prazos estabelecidos por essa E. Corregedoria, e, ainda, a existência de petições pendentes de juntada.”*  
(grifo nosso)

Vistos, por amostragem, os processos abaixo discriminados:

- 0000376-33.2006.4.02.5157. Trata-se de juizado/previdenciário, distribuído em 03/05/2006; às fls. 83/85 sentença julgando procedente o pedido autoral para condenar o INSS a revisar a renda mensal inicial do benefício de aposentadoria especial, em 07/03/2009/ às fls.

156/157 despacho em 24/04/2015, sendo certo ser este o último movimento.

- 0000416-15.2006.4.02.5157. Trata-se de juizado/cível, distribuído em 04/05/2006; às fls. 107/110 sentença julgando procedente o pedido autoral para condenar a União Federal a conceder a autora o benefício de pensão vitalícia; às fls. 183 despacho intimando a União Federal, no prazo de 10 dias, informar ao Juízo se foi ou não realizado o pagamento administrativo do valor supramencionado, referente aos períodos de 07/05/2005 a 31/05/2005 e 01/01/2010 a 31/03/2010, todos devidamente comprovados pela juntados dos documentos pertinentes, em 28/04/2015.

- 0000855-45.2007.4.02.5107. Trata-se de embargos à ação monitória, redistribuídos em 12/04/2011; às fls. 125/127 sentença rejeitando os presentes embargos e julgando procedente o pedido da parte autoral, constituindo de pleno direito o título executivo, em 22/04/2015; às fls. 129 certidão informando que a sentença de fls. 125/127 foi publicada às fls. 2279/2290 da edição do diário disponibilizado em 30/04/2015, com data forma de publicação em 04/05/2015, em 30/04/2015, sendo certo ser este o último movimento.

- 0000726-06.2008.4.02.5107. Trata-se de ordinária/previdência, redistribuída em 11/04/2011; em 26/09/2014 sentença, publicada em 07/05/2015, sendo certo ser este o último movimento.

- 0000758-74.2009.4.02.5107. Trata-se de ordinária/improbidade administrativa, redistribuída em 05/04/2011; em 26/09/2014 conclusão para sentença; minuta de sentença assinada eletronicamente em 29/04/2015, sendo certo ser este o último movimento.

- 0000831-17.2007.4.02.5107. Trata-se de ação penal, redistribuída em 20/07/2011; em 19/09/2014 sentença, publicada em 04/05/2015, sendo certo ser este o último movimento.

Fonte: Questionário de autoinspeção, análise presencial dos processos e Mapa - Planilha Apolo Excel – Conclusos - consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria – **Posição em 27/04/2015, com o último movimento até 25/03/2015..**



## **5. TOTAL DE PROCESSOS SEM MOVIMENTAÇÃO (PARADOS) (Arts. 228 da CNCR):**

- a. ENTRE 31 E 60 DIAS: 52 processos
- b. HÁ MAIS DE 60 DIAS: 11 processos

De acordo com o questionário de autoinspeção de 2015:

*“O procedimento adotado pela Secretaria e pelo Gabinete objetiva 1) a diminuição do acervo da Vara Federal/JEF Adjunto, sem prejudicar a correta marcha processual; 2) o atendimento às determinações do CNJ e da Corregedoria, em especial o cumprimento dos prazos de conclusão para sentença, despachos e decisões, o controle dos processos parados e a observância das metas estipuladas pelo Conselho Nacional de Justiça.*

*O Diretor de Secretaria e/ou os supervisores dos setores distribuem mensalmente uma lista dos processos parados, conclusos para despacho há mais de 30 dias e conclusos para decisão há mais de 60 dias, para controle e adoção dos procedimentos necessários para solucionar eventual demora na tramitação. O Oficial de Gabinete, por sua vez, controla os processos conclusos para sentença há mais de 180 dias. Por fim, também são distribuídas, pelo Diretor de Secretaria, planilhas para o cumprimento das Metas 2 e 4 do CNJ.”*

Vistos, por amostragem, os processos abaixo relacionados:

- 0000845-59.2011.4.02.5107. Trata-se de ação penal, distribuída em 28/09/2011; às fls. 43 ofício ao delegado de polícia titular da 71ª Delegacia Policial – Itaboraí – RJ, determinando a inutilização dos materiais apreendidos referentes ao Registro de Ocorrência n. 071-02211/2010, em 10/02/2014; às fls. 44 mandado de intimação de 23/06/2014; às fls. 46 despacho determinando que a secretaria do Juízo pesquise juntos ao sistema infoseg e ampla sobre o domicílio do réu, em 03/02/2015; às fls. 47/53 certidão informando o cumprimento ao r. despacho de fls. 46, em 29/04/2015, sendo certo ser este o último movimento.

- 00009322520124025157. Trata-se de juizado/cível, distribuído em 13/08/2012; em 28/04/2015 minuta de despacho determinando a

citação da segunda ré, por meio de carta registrada, na forma do art. 222 do CPC. Registro no sistema em 30/04/2015, sendo este o último movimento.

- **00003760820144025107.** Trata-se de carta precatória/execução penal, distribuída em 23/05/2014; em 14/10/2014 decisão determinando que a penhora livre deverá recair sobre os bens de titularidade do réu. Assinada eletronicamente em 14/11/2014, com registro no sistema em 24/11/2014, sendo este o último movimento.

- **00103512020154025107.** Trata-se de ação monitória, distribuída em 29/01/2015; em 29/01/2015 despacho determinando a expedição do mandado de pagamento para o réu, no prazo de 15 dias. Pagar a quantia cobrada pela autora ou oferecer embargos que suspenderão a eficácia do mandado inicial. Assinado eletronicamente em 02/02/2015, com registro no sistema em 03/02/2015, sendo este o último movimento.

- 00004774520144025107.

- 00008455920114025107.

## **6. EXECUÇÃO FISCAL - PROCESSOS PARADOS**

- Entre 121 e 180 dias: 00

- Há mais de 180 dias: 00

Fonte: Questionário de autoinspeção, análise presencial e Mapa - Planilha Apolo Excel – Parados - consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria. <b>Posição em 27/04/2015, com o último movimento até 25/03/2015.</b>
---

## **7. DOCUMENTOS PENDENTES DE JUNTADA (FÍSICOS E VIRTUAIS) (Arts. 180 e 318 da CNCR).**

Total geral: 11 documentos

Analisados os locais virtuais existentes no órgão correicionado, constatou-se os seguintes endereços:

“PETIÇÕES AUTOS NO TRF”, com 08 documentos, sendo o mais antigo o de 13/06/2015, sob o nº 0003778-86.2012.4.02.5101.

Vistos, por amostragem, os processos abaixo relacionados:  
00008684420074025107. Petição nº 2014.7351.019436-2, com data de cadastro em 30/10/2015.

Os processos abaixo relacionados apresentaram regular andamento, eis que juntadas as respectivas petições.

00001357320104025107;

00014045520144025157;

00186892720154025157;

00209791520154025157.

- Processos cíveis:

Conforme informado pelo supervisor do setor cível da vara correicionada, é o diretor de secretaria que faz a juntada das petições pendentes, com data invertida para que haja um controle temporal. Esse controle é feito diariamente, às vezes, mais de uma vez por dia. Na ausência do diretor de secretaria, a juntada é feita pelo servidor responsável pelos processos cíveis.

- Processos criminais:

Conforme informado pelo supervisor do setor criminal da vara correicionada, há uma pasta onde as petições criminais são organizadas. A juntada, segundo o mesmo servidor, é feita, no máximo, em 24 horas, dando, sempre, prioridade aos casos urgentes.

- JEF – Juizado Especial Federal

Conforme informado pelo supervisor do setor de juizado especial federal – JEF, a juntada de petições pendentes é feita diariamente e, às vezes, mais de uma vez por dia. Nos casos em que há urgência, o feito é encaminhado a um escaninho intitulado “JEF – PROCESSOS COM PETIÇÕES JUNTADAS PARA SANEAR”. Estes processos são revistos por um estagiário, que os encaminhará para os servidores responsáveis; estes lançarão a minuta respectiva e encaminhará para o juiz, dando prosseguimento ao feito.

### - Execução Fiscal

Conforme informado pelo supervisor do setor de execução fiscal, as petições são juntadas diariamente à medida de sua chegada. Há, também, um procedimento de descrição de peças no módulo “alteração de cópias”, do Sistema Processual Apolo, utilizado para a organização dos referidos documentos.

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Petições, Entrevista e locais virtuais (Autorização de Usuário) - **Posição em 11/05/2015, às 16h46.**

## **8. VERIFICAÇÃO DE EXISTÊNCIA DE CONTROLE DE PRAZOS JUDICIAIS**

**(Arts. 42, § 2º, e 227 e 228, da CNCR).**

Analisados os locais virtuais existentes no órgão correicionado, constatou-se os seguintes endereços:

“CV – AGUARDANDO PUBLICAÇÃO”, com 10 documentos, sendo o mais antigo o de 07/05/2015, sob o nº 0036686-91.2015.4.02.5102;

“CV – AGUARDANDO DEVOLUÇÃO DE EXPEDIÇÃO”, com 46 documentos, sendo o mais antigo o de 25/03/2015, sob o nº 0000127-57.2014.4.02.5107;

“CV – PRAZO”, com 75 documentos, sendo o mais antigo o de 27/03/2015, sob o nº 0013539-21.2015.4.02.5107;

“EF – AG. PUBLICAÇÃO”: 00 documento

“EF – AG. DEVOLUÇÃO DE EXPEDIENTE”, com 246 documentos, sendo o mais antigo o de 17/12/2014, sob o nº 0000150-03.2014.4.02.5107;

“EF – EDITAL PRAZO”, com 08 documentos, sendo o mais antigo o de 08/05/2015, sob o nº 0014329-05.2015.4.02.5107;

“EF – PRAZO”, com 105 documentos, sendo o mais antigo o de 25/02/2015, sob o nº 0000179-73.2002.4.02.5107;

“JEF – AG. PUBLICAÇÃO”, com 61 documentos, sendo o mais antigo o de 07/05/2015, sob o nº 0000930-84.2014.4.02.5157;

“JEF – EXPEDIÇÃO”: 00 documento;

“JEF – PRAZO AUTOR”, com 46 documentos, sendo o mais antigo o de 15/04/2015, sob o nº 0020593-82.2015.4.02.5157;

“JEF – PRAZO RÉU”, com 151 documentos, sendo o mais antigo o de 08/04/2015, sob o nº 0011487-52.2015.4.02.5107.

- Processos cíveis:

Conforme informado pelo supervisor do setor cível da vara correicionada, o controle de prazo é feito por um escaninho intitulado “CV – PRAZO” e é organizado por um servidor responsável, que coloca a data invertida para um ordenamento temporal.

- Processos criminais:

Conforme informado pelo supervisor do setor criminal da vara correicionada, há escaninhos próprios para o controle de prazo, intitulados “AGUARDANDO RESPOSTA DE OFÍCIO”, “AGUARDANDO DEVOLUÇÃO DE PRECATÓRIO”, “PRAZO”, “VISTA DEFESA”, “RECEBIDO DA DEFESA PARA A SENTENÇA” e “AGUARDANDO DEVOLUÇÃO DE MANDADO”. Alega o mesmo servidor que o controle é semanal e também é visual, já que o armário fica atrás de sua mesa.

- JEF – Juizado Especial Federal:

Conforme informado pelo supervisor do setor de juizado especial federal – JEF, o controle é feito por escaninhos intitulados “JEF – PRAZO”, “JEF – AGUARDANDO DEVOLUÇÃO DE MANDADO”, “JEF – AGUARDANDO REALIZAÇÃO DE PERÍCIA”, “JEF – AGUARDANDO RESPOSTA DE E-MAIL”. Ressalte-se que os escaninhos da vara correicionada intitulados “AGUARDANDO RESPOSTA DE OFÍCIO”, “AGUARDANDO RESPOSTA DE MANDADO” são comuns para todas as áreas. Porém, mesmo servidor informa, também, que já está fazendo escaninhos próprios para o JEF - Juizado Especial Federal e que esse controle é feito diariamente.

-Execução Fiscal:

Conforme informado pelo supervisor do setor de execução fiscal, o controle de prazo é feito por um escaninho intitulado “PRAZO”, onde ficam todos os prazos (1. aguardando resposta de oficio, 2. aguardando resposta de mandados etc.) e o controle é feito diariamente.

**9. CUMPRIMENTO DE ORDEM (OFÍCIOS, MANDADOS, ALVARÁS, RPVS, ETC):**

Analizados os locais virtuais existentes no órgão correicionado, constatou-se os seguintes endereços:

“CV – EXPEDIÇÃO”, com 05 documentos, sendo o mais antigo o de 30/03/2015, sob o nº 0001157-98.2012.4.02.5107;

“EF – EXPEDIÇÃO”, com 19 documentos, sendo o mais antigo o de 18/03/2015, sob o nº 0524273-75.2004.4.02.5101.

- Processos cíveis:

Conforme informado pelo supervisor do setor cível da vara correicionada, a expedição, de um modo geral, é feita por um servidor, que é o responsável, organizado em um escaninho intitulado “EXPEDIÇÃO DE MANDADO JEF e CÍVEL”. Uma vez expedido, o feito vai para um outro escaninho intitulado “AGUARDANDO DEVOLUÇÃO DE MANDADO” e é controlado semanalmente por este mesmo servidor.

- Processos criminais:

Conforme informado pelo supervisor do setor criminal da vara correicionada, o controle é feito por escaninhos, intitulados “BAIXA IFP E INI”, “EXPEDIR MANDADOS E OFÍCIOS” e neste escaninho são priorizados os casos de urgência, audiência, mandados e ofícios de praxe. esse controle é feito entre 05 e 10 dias.

- JEF – Juizado Especial Federal:

Conforme informado pelo supervisor do setor de juizado especial federal – JEF, o controle é feito por um escaninho intitulado “EXPEDIR MANDADO JEF E CÍVEL”. Segundo o mesmo servidor, estão se organizando no sentido de separar todos os controles e cumprimento do JEF. O controle é feito diariamente.

- Execução Fiscal:

Conforme informado pelo supervisor do setor de execução fiscal, o cumprimento de ordem é organizado por escaninhos, intitulados “EXPEDIR MANDADOS” e “EXPEDIR EDITAL”. Ressalte-se que no escaninho “EXPEDIR MANDADOS” também estão as expedições de ofício, carta precatória, etc. uma vez expedido o mandado, coloca-se identificador de data e identificador de local onde vai ser cumprida a ordem no processo. O controle é feito diariamente.

Fonte: Entrevista - Verificação de escaninhos e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria e Locais Virtuais (Autorização de Usuário) - **Posição em 11/05/2015, às 16h46.**

## **10. PROCESSOS EM SEGREDO DE JUSTIÇA: (Art. 189 da CNCR)**

- i. Segredo absoluto: 00
- ii. Segredo do Sistema: 11
- iii. Segredo de Peças: 00

### Vistos, por amostragem, os processos abaixo relacionados:

- 0001998-34.2010.4.02.5117. Trata-se de ação penal, redistribuída em 18/08/2011; às fls. 217/219 decisão **determinando a suspensão do segredo de justiça decretado na decisão constante de fls 07/10** dos autos da medida cautelar inominada de quebra de sigilo bancário n. 0000650-74.2011.4.02.5107.

- 0000698-14.2003.4.02.5107. Trata-se de execução por título extrajudicial, redistribuída em 31/03/2011; registro do segredo de justiça no sistema processual apolo; registro, também, na capa do processo; às fls. 92 despacho determinando o referido segredo de justiça, em 31/07/2014.

- 0000895-66.2003.4.02.5107. Trata-se de ordinária/improbidade administrativa, distribuída em 30/09/2003; registro do segredo de justiça no Sistema Processual Apolo; registro na capa do processo; às fls. 74 despacho determinando o referido segredo de justiça, em 08/10/2003.

Fonte: Análise presencial dos processos e Mapa - Planilha Apolo Excel – Segredo de Justiça e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria. **Posição em 27/04/2015.**

## **11. PUBLICAÇÕES: (Art. 181 da CNCR).**

- a. Total de processos publicados: 4.864
- b. Total de Boletins: 161
- c. Média de processos/boletins: 30,21 processos.

d. Tempo médio de dias/publicação: 5,92 dias.

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Publicações. **Período: 09/2014 a 03/2015.**

## 12. PROCESSOS COM REMESSA INTERNA/PRAZO

a. Contadoria: 02 processos

0000114-58.2014.4.02.5107, com data de remessa em 25/03/2015

0001083-73.2014.4.02.5107, com data de remessa em 18/03/2015

**b. Distribuição (período: 01/11/2015 a 11/04/2015): 237 processos**

Fonte: Mapa - Relatório de Processos Recebidos/Remetidos - módulo Consultas e Relatórios, do Sistema Apolo (somente não devolvidos). **Período: 01/10/2014 a 27/03/2015.**

### → SUSPENSÃO DE PROCESSOS: CÍVEIS E CRIMINAIS (Artigos 267 a 269 da CNCR e Lei 9.099/95)

1. Processos suspensos (em 27/04/2015):

Cível não fiscal	167
Criminal	018
Execução Fiscal	229
Juizado Cível	101
Juizado Criminal	001

2. Motivo Da Suspensão

MOTIVO DA SUSPENSÃO	ACERVO
• Repercussão geral:	não consta
• Aguardando decisão de instância superior	118
• Art. 366, CPP	002
• Art. 89, Lei 9.099/95	015



• Cumprimento Precatório/RPV	003
• Embargos à execução (não fiscal)	
• Embargos à execução fiscal	006
• Art. 40, <i>caput</i> , Lei 6.830/80	058
• Art. 40, § 2º, Lei 6.830/80	017
• Art. 20, Lei 10.522/02	057
• Parcelamento (execução fiscal): 72	072
• Parcelamento (não fiscal): 01	001
• Pedido de uniformização regional/nacional	000
• Impugnação ao cumprimento de sentença	000
• Outros:	029

### 3. Análises dos processos:

Por amostragem, de acordo com o mapa extraído do Apolo-Excel, em 27/03/2015, verificou-se que são lançadas corretamente as informações sobre o motivo da suspensão no sistema Apolo, conforme previsão legal e regulamentar (artigos 267 a 269 da Consolidação das Normas da Corregedoria- Regional, Provimento n.º 11/2011), com base nas respectivas decisões fundamentadas, nos processos a seguir:

#### CÍVEL:

a) Aguarda decisão de instância superior:

00005373820024025107

00002794720104025107

00001247820094025107

01260855320144025107

01264787520144025107

b) Cumprimento de Precatório/RPV:

00001826220014025107

00005093120064025107

00026587820054025157

(em 14/05/2015, processo reativado)

c) Embargos à Execução:

00010073520034025107  
00020697520064025117  
01340069720134025107  
00001153420004025107  
00005624120084025107

d) Parcelamento administrativo:

00319154920104025101

### **EXECUÇÃO FISCAL:**

a) Art. 20 da Lei n.º 10.522/02

00003914520124025107  
00002381220124025107  
00005303120114025107  
00012656420114025107  
00012656420114025107

b) Art. 40, § 2º, da LEF (arquivamento sem baixa)

00012292220114025107  
00011954720114025107  
00004278720124025107

c) Art. 40, *caput*, da LEF.

00002632520124025107  
00001711320134025107  
00003622920114025107  
00013277020124025107  
00000181420124025107

d) Parcelamento

00004304220124025107 -

Obs: Remetido à FN, eis que findo o prazo de suspensão (em 04/04/2015)

00002701720124025107  
00001527020144025107  
00004271920144025107  
00014102320114025107

**CRIMINAL:**

- a) Art. 89 da Lei n.º 9.099/95

00003276920114025107  
00001319420144025107  
00012965920084025117

**JEF CRIMINAL:**

- a) Art. 89 da Lei n.º 9.099/95: 00011193320124025157

**JEF CÍVEL:**

- a) Aguarda decisão de instância superior

00002613120144025157  
00002344820144025157  
00004310320144025157  
01373405220144025157  
01462749620144025157  
00002327820144025157  
01285870920144025157

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – "Suspensos", extraído em 27/04/2015, Consulta ao Módulo Secretaria no Sistema Apolo, e análise presencial dos processos.

➔ **SENTENÇAS (no período de 27/10/2014 a 27/04/2015):**  
**(Res. 535/2006 do CJF e arts. 219 a 221 da CNCR)**

Total: 1.043

**1. JUIZ TITULAR: 466**

- a. Convertidas em diligência: 30
- b. Em embargos de declaração acolhidos: 01
- c. Em embargos de declaração acolhidos em parte: 02
- d. Em embargos de declaração rejeitados: 09
- e. Extinção da punibilidade - morte do agente: 01
- f. Extinção da punibilidade - transação/cumprimento condições: 01
- g. Resolução de mérito:
  - i. Conciliação/transação homologada: 22
  - ii. Condenatória: 01
  - iii. Extinção da execução: 10
  - iv. Improcedente: 125
  - v. Procedente: 28
  - vi. Procedente em parte: 35
  - vii. Renúncia ao direito em que se funda a ação: 01
  - viii. Procedente com tutela deferida: 53
  - ix. Pedido procedente em parte com tutela deferida: 35
- h. Sem resolução de mérito: 97
- i. Desistência da ação: 01

**i. Vazias: 14**

**2. JUIZ SUBSTITUTO: 577**

- a. Convertidas em diligência: 37
- b. De expediente: 01
- c. Em embargos de declaração acolhidos: 08
- d. Em embargos de declaração acolhidos em parte: 01
- e. Em embargos de declaração rejeitados: 05
- f. Extinção da punibilidade - transação/cumprimento condições: 01
- g. Resolução de mérito:
  - i. Conciliação/transação: 34
  - ii. Condenatória: 01
  - iii. Extinção da execução: 17
  - iv. Improcedente: 186
  - v. Procedente: 35

- vi. Procedente em parte: 25
- vii. Reconhecida prescrição/decadência: 03
- viii. Renúncia ao direito em que se funda a ação: 01
- ix. Procedente com tutela deferida: 56
- x. Procedente em parte com tutela deferida: 50

h. Sem resolução de mérito: 99

**i. Vazias: 17**

## ➔ **REGISTRO E CLASSIFICAÇÃO DE SENTENÇA**

Observa-se que o juízo correicionado classifica adequadamente as sentenças, inclusive com inserção dos dados no sistema Apolo, de acordo com as determinações da Resolução n.º 535/2006 do CJF e dos artigos 219 a 221 da Consolidação de Normas da Corregedoria-Regional (Provimento n.º 11/2011). Foram inspecionados os seguintes processos:

### **1. Sentença tipo A (fundamentação individualizada):**

0000137-38.2013.4.02.5107  
0000596-45.2010.4.02.5107  
0000319-87.2014.4.02.5107

#### **1.1 Sem classificação no corpo da sentença:**

0000734-41.2012.4.02.5107  
0006252-30.2012.4.02.5101

### **2. Sentença tipo B1 (homologatória de acordo):**

#### **2.1 Sem classificação no corpo da sentença:**

0000970-90.2012.4.02.5107  
0006135-64.2007.4.02.5117

### **3. Sentença tipo B2 (sentenças repetitivas – padronizadas):**

0000820-41.2014.4.02.5107

0000844-69.2014.4.02.5107  
0171092-68.2014.4.02.5107

**3.1 Sem classificação no corpo da sentença:**

0000447-78.2012.4.02.5107

**4. Sentenças tipo C - sem resolução do mérito:**

0162856-30.2014.4.02.5107  
0001148-68.2014.4.02.5107

**4.1 Sem classificação no corpo da sentença:**

0000682-84.2008.4.02.5107  
0000186-55.2008.4.02.5107  
0000600-82.2010.4.02.5107

**5. Sentenças tipo D1 - condenatória:**

0000862-61.2012.4.02.5107

**5.1 Sem classificação no corpo da sentença:**

0001561-22.2012.4.02.5117

**6. Sentenças tipo E1 - Extintivas de Punibilidade (art. 107, CP):**

0000314-36.2012.4.02.5107  
0000855-69.2012.4.02.5107

**6.1 Sem classificação no corpo da sentença:**

0002014-13.2013.4.02.5107

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Intimados e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria.
---

**➔ CRITÉRIOS DE JULGAMENTO (PREFERÊNCIAS LEGAIS):  
(Art. 217 da CNCR):**

Conforme informação prestada no questionário de Autoinspeção do juízo correicionado, "com base no relatório de processos parados e conclusos, são destacados os processos com prioridade legal e com metas do CNJ, para serem trabalhados no menor tempo possível. Faz-se mister ressaltar que a maioria dos processos de meta 2 do CNJ ainda se encontram na forma física. O motivo para a falta de cumprimento da Meta 2, em tempo satisfatório, foi o prolongamento na suspensão dos prazos dos processos físicos até a liberação de acesso ao prédio interditado e a própria situação de trabalho, a distância que envolvem todos os servidores e estagiários da Vara, o que prejudica uma concentração de esforços efetivos para a solução dos processos físicos pendentes. No entanto, planilhas são extraídas mensalmente com a finalidade de adoção de estratégias para o cumprimento, no menor tempo possível, das metas traçadas pelo Conselho Nacional de Justiça, em que pesem as dificuldades supracitadas."

Fonte: Questionário de Autoinspeção (item 3.15.2).

## **➔ LOCALIZAÇÃO E SEPARAÇÃO DOS PROCESSOS NO GABINETE**

Conforme informação prestada no questionário de Autoinspeção do juízo correicionado, "a atual Oficial de gabinete, ao assumir a função em fevereiro de 2014, em razão do grande número de processos conclusos para sentença, adotou os seguintes parâmetros para reduzir o acervo:

- Verificação dos processos cujas matérias já havia entendimento do juiz (sentença padronizada) e determinação para a imediata elaboração das minutas;
- Verificação da existência de processos cujas matérias eram idênticas a fim de proceder à elaboração da respectiva minuta;
- Especialização dos servidores do gabinete e distribuição, em lotes, primeiramente dos processos mais antigos, a fim de que fossem produzidas as respectivas minutas.

Em razão da adoção dos critérios acima ventilados, o acervo de processos conclusos para sentença foi drasticamente reduzido de forma que, atualmente, todo o processo concluso para sentença é repassado para o servidor responsável em razão da especialização e o tempo para elaboração

de minuta é controlado pela Oficial de gabinete. Há que se ressaltar, por oportuno, não haver, atualmente, qualquer processo fora do prazo para prolação de sentença."

Informou-se, ainda que, quanto ao critério específico para determinar os feitos a serem julgados, exceto aqueles com preferência legal, "em razão do baixo número de processos conclusos para sentença no gabinete, toda a conclusão feita no dia, e encaminhada pela secretaria, é devidamente analisada pela Oficial de Gabinete, com a distribuição, imediata, para os servidores responsáveis pela elaboração da minuta. Os processos que necessitam de uma análise mais rápida são encaminhados ao servidor responsável em razão da especialização, com uma anotação de URGÊNCIA, o que faz com que sejam resolvidos em primeiro lugar."

Fonte: Questionário de Autoinspeção (itens 3.13 e 3.14).

## → EXECUÇÃO (abril/2015) (art. 333 da CNCR)

### 1. FASE 18:

Informada em 245 processos, em 30/04/2015.

Não informada em 1.893 processos.

Fonte: Portal de Estatísticas da 2ª Região - Execução de Sentença.

## 2. REQUISIÇÕES DE PAGAMENTO - RPV E PRECATÓRIO (de 27/10/2014 a 27/04/2015): (Art. 217, II, da CNCR)

- a. Total de requisições: 654
- b. Tempo médio entre o último julgamento e o total de requisições enviadas: 244 dias

### - RPV Juizado Especial:



- . Total do cadastro: 570
- Cadastrado: 153
- . Conferido: 06
- . Enviado ou transmitido com erro: 411

**- RPV:**

- . Total do cadastro: 41
- . Cadastrado: 13
- . Conferido: 00
- . Enviado ou transmitido com erro: 28

**- Precatório em parcela única:**

- . Total do cadastro: 43
- . Cadastrado: 09
- . Conferido: 00
- . Enviado ou transmitido com erro: 34

**- Precatórios Parcelados: N/A**

Fonte: Questionário de Autoinspeção (item 3.4.2.a) e Mapa - Planilha Apolo Excel – Precatório e RPV

**→ GRANDES DÉBITOS (Artigos 272 e 273 da CNCR)**

Conforme informação prestada no questionário de Autoinspeção do juízo correicionado, existem 90 execuções fiscais de grandes devedores, em tramitação na data de 10/04/2015.

Fonte: Questionário de Autoinspeção (ITEM 3.4.2.d)

**→ PENHORA ONLINE: Sistema BACENJUD (Resolução 61/08-CNJ e 21/08-TRF2).**

Conforme informação prestada no questionário de Autoinspeção do juízo correicionado, a partir de dados extraídos do Sistema BACENJUD em 10/04/2015, foram efetuados 213 bloqueios, 132 desbloqueios e 99 transferências, no período de abril/2014 a março/2015.

Fonte: Questionário de Autoinspeção (item 3.4.2, e).

**→ LEILÕES (Artigos 270 a 290 da CNCR)**

Conforme informação prestada no questionário de Autoinspeção do juízo correicionado, em 2014, foram realizados 5 leilões, sendo 3 leilões em processos de execução fiscal e 2 leilões em processos cíveis, e, em 2015, foram realizados 9 leilões, sendo 7 leilões em processos de execução fiscal e 2 leilões em processos cíveis.

Fonte: Questionário de Autoinspeção (item 3.4.2, f).

**→ CADASTRAMENTO DE BENS CONSTRITOS  
(Artigos 356 a 358 da CNCR)**

Conforme informação prestada no questionário de Autoinspeção do juízo correicionado, a partir de consulta ao Sistema Apolo, em 10/04/2014, havia 12 processos com 17 bens constritos.

Fonte: Questionário de Autoinspeção (item 3.4.2.g) e Sistema Apolo – módulo Secretaria – Relatório de Bens Penhorados.

**→ BENS ACAUTELADOS/APREENDIDOS  
(Resolução CJF n.º 428, de 07/04/2005)**

O Diretor de Secretaria informou que não há cofre para o acautelamento dos bens apreendidos, uma vez que o mesmo ficou no prédio interditado da Justiça Federal em Itaboraí. Acrescentou que, de qualquer forma, não haveria espaço para o cofre nas atuais instalações da 2ª Vara Federal de Itaboraí.

Assim, os bens acautelados encontram-se guardados em gaveta fechada a chave, na mesa do Diretor, em Secretaria.

De acordo com o Relatório de Material Apreendido/Acautelado, extraído do sistema Apolo em 27/04/2015, havia 14 registros de acautelamento no juízo correicionado.

Destes, 11 registros encontravam-se regulares, sendo que:

- 06 registros de bens acautelados, referentes aos processos nº 0000105-33.2013.4.02.5107, nº 0000329-48.2011.4.02.5104, nº 0000672-11.2013.4.02.5157, nº 0001034-76.2014.4.02.5157, nº 0001573-13.2012.4.02.5157 e nº 0001653-74.2012.4.02.5157, foram localizados na referida gaveta;

- 05 registros de bens acautelados não foram localizados na Vara, uma vez que os processos aos quais se referem (nº 0000048-54.2009.4.02.5107, nº 0000164-36.2011.4.02.5157, nº 0000427-39.2009.4.02.5157, nº 0000457-69.2005.4.02.5107 e nº 0001401-42.2010.4.02.5157), encontravam-se arquivados;

- e 01 registro de bens acautelados, referentes ao processo nº 0025129-33.2010.4.02.5151, foram entregues em carga ao perito do juízo, em 09/03/2015, para elaboração de laudo pericial, conforme certidão de fls. 171 dos autos.

Outros dois registros, referentes aos processos nº 00003058920104025157 e nº 00010391120084025157, estão extraviados, segundo informação prestada pelo Diretor, encontrando-se, contudo, digitalizados nos respectivos autos, às fls. 20/33 e 101/161.

## → LIVROS E PASTAS OBRIGATÓRIOS (ART. 147/151 CNCG)

Em inspeção aos livros e pastas obrigatórios, mantidas pelo Órgão Correicionado, **constatou-se o seguinte:**

Assim sendo, segue abaixo o seu detalhamento:

### ***QUANTO AOS LIVROS:***

#### RECEBIDOS DA DISTRIBUIÇÃO – ANO 2014/2015 DE JANEIRO A DEZEMBRO

Termos de abertura lavrado em 02/06/2014

Todas as guias estão devidamente assinadas e datadas

#### - LIVRO DE PONTO – ANO 2015

Termo de abertura lavrado em 30/01/2015

Contendo 100 folhas, preenchidas 31 folhas

Devidamente assinadas, datadas e rubricadas

#### - LIVRO DE RECLAMAÇÕES E SUGESTÕES

Termo de abertura lavrado em 25/03/2011

Contendo 100 folhas, preenchidas 01 folha.

#### - REMETIDOS DISTRIBUIÇÃO

Termo de abertura lavrado em 02/06/2014.

Todas as guias estão devidamente assinadas e datadas

#### - REMETIDO MPF CRIMINAL – ANO 2014/2015 DE JANEIRO A DEZEMBRO

Termo de abertura lavrado em 02/06/2014

Todas as guias estão devidamente assinadas e datadas

#### - REMETIDOS MPF CÍVEL – ANO 2013/2015 DE JANEIRO A DEZEMBRO

Termo de abertura lavrado em 02/06/2014

Todas as guias estão devidamente assinada e datadas

- RECEBIDOS MPF CRIMINAL ANO 2013/2015 DE JANEIRO A DEZEMBRO

Termo de abertura lavrado em 30/04/2015

Guias devidamente assinadas e datadas

- RECEBIDO MPF CÍVEL – ANO 2012/2015 DE JANEIRO A DEZEMBRO

Termo de abertura lavrado em 30/04/2015

Todas as guias devidamente assinadas e datadas

- REMETIDO CEF - ANO 2012/2015 DE JANEIRO A DEZEMBRO

Termo de abertura lavrado em 30/04/2015

Todas as guias devidamente assinadas e datadas

- REMETIDO DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO – ANO 2013/2015 DE JANEIRO A DEZEMBRO

Termo de abertura lavrado em 30/04/2015

Todas as guias devidamente assinadas e datadas

- OFÍCIOS RECEBIDOS – 02VF-IT – ANO 2011/2015 DE JANEIRO A DEZEMBRO

Termo de abertura lavrado em 30/04/2015

Todos os documentos devidamente assinados, numerados e datados

- REMETIDO AGU – ANO 2012/2015 DE JANEIRO A DEZEMBRO

Termo de abertura lavrado em 30/04/2015

Todas as guias devidamente assinadas e datadas

- REMETIDOS PFN – ANO 2012/2015 DE JANEIRO A DEZEMBRO

Termo de abertura lavrado em 30/04/2015

Todas as guias devidamente assinadas e datadas

- REMETIDOS PSF – ANO 2012/2015 DE JANEIRO A DEZEMBRO

Termo de abertura lavrado em 30/04/2015

Todas as guias devidamente assinadas e datadas

- OFÍCIO EXPEDIDO – 02VF-IT – ANO 2013/2015 DE JANEIRO A DEZEMBRO

Termo de abertura lavrado em 30/04/2015

Todos os documentos devidamente assinados, numerados e datados

- LIVRO DE ROL DOS CULPADOS

Termo de abertura lavrado em 02/06/2014  
Com 39 folhas, todas devidamente numeradas

### ***QUANTO ÀS PASTAS:***

#### **- PASTA CONTROLE DE APRESENTAÇÃO/COMPARECIMENTO**

**Não há termo de abertura**

Com 83 folhas, todas devidamente numeradas

#### **- CR – SUSPENSÃO CONDICIONAL DA PENA E DO PROCESSO**

Termo de abertura lavrado em 25/03/2015

Com 98 folhas, Todas devidamente numeradas

#### **- CR – ACAUTELAMENTO DE MATERIAL – VAZIA**

#### **- CR – TERMO DE FIANÇA**

Termo de abertura lavrado em 25/03/2015

Todas as guias devidamente assinadas e datadas

Com 03 folhas, todas devidamente numeradas

#### **- CR – ALVARÁS DE SOLTURA**

**Não há termo de abertura**

Com 28 folhas, todas devidamente numeradas

#### **- CR – TRIBUNAL DO JÚRI**

**Não há termo de abertura**

Com 108 folhas, todas devidamente numeradas

#### **- representação excesso de prazo – CNJ-TRF2**

**Não há termo de abertura**

**Não há numeração nas folhas**

#### **- CR – MANDADO DE PRISÃO**

**Não há termo de abertura**

Com 04 folhas, todas devidamente numeradas

#### **- MANDADO DE BUSCA E APREENSÃO – CRIMINAIS**

**Não há termo de abertura**

Com 06 folhas, todas devidamente numeradas

- CARTA DE EXECUÇÃO DE SENTENÇA CRIMINAL  
Termo de abertura lavrado em 02/06/2014  
Com 23 folhas, todas devidamente numeradas

Fonte: Relatório de Inspeção Anual e análise presencial dos livros e pastas obrigatórios.

### → ESPAÇO FÍSICO - (ocupação provisória)

A competência territorial da Subseção Itaboraí/RJ limita a sua jurisdição a 5 municípios: Itaboraí, Cachoeiras de Macacu, Rio Bonito, Silva Jardim e Tanguá que totalizam grande extensão territorial de cerca de 3.000 Km<sup>2</sup>, com população de cerca de 400 mil habitantes.

Possui competência material de Vara Mista: cível, criminal, execução fiscal e JEF.

### **Histórico**

Em 1997 se deu a instalação da Vara Única, com primeira localização na Praça Marechal Floriano Peixoto, 18, Centro, Itaboraí/RJ.

2010/2011: com a criação da 2ª VF, a Subseção mudou-se para outro prédio, à Av. Amélia Saraiva, 85, Centro, Itaboraí/RJ, em virtude do escasso espaço físico do prédio anterior.

Em setembro/2013, em virtude de interdição do prédio anterior pela defesa civil devido a rachaduras na parte estrutural da edificação (imóvel alugado), foi transferida, provisoriamente, para o prédio de "Niterói II" (prédio dos JEFs de Niterói), à Rua Luiz Leopoldo Fernandes Pinheiro, n. 604, 2º, 11º e 15º pavimentos, Centro, Niterói, CEP 20030-128.

Em virtude deste incidente, o acervo de processos físicos da Subseção foi dividido, ficando impossível a realização presencial da correição a partir de setembro/2013.

**Tendo em vista o acesso à Justiça, o jurisdicionado desta Subseção Judiciária se encontra prejudicado, já que a mesma dista cerca de 1,3 Km (17 minutos a pé) do Terminal Rodoviário João Goulart, ao lado da Estação das Barcas de Niterói; 36 Km da sede anterior, localizada no Município de Itaboraí (45 minutos, de**

**automóvel); Tanguá 52 Km (60 minutos); de Cachoeiras de Macacu, 85 Km (90 minutos); 94 Km do Município de Silva Jardim (90 minutos).**

No momento, a 2ª Vara de Itaboraí/RJ está instalada no 15º e último andar de prédio de 15 pavimentos, de origem comercial, localizado no Centro do Município de Niterói, conforme relatado no Histórico, e suas instalações compreendem uma área que mede cerca de 15m X 6m.

A Vara possui servidores em regime de “teletrabalho”, autorizados excepcionalmente pela Direção do Foro, em virtude da carência de espaço físico.

Não há "Balcão" de Atendimento aos advogados e partes, que são atendidos quando adentram a sala da Secretaria, na primeira mesa ali localizada, conforme FOTO 1, do anexo:

O Imóvel não é bem dividido e os ambientes são pequenos.

Quanto ao mobiliário (mesas, cadeiras e estantes), e equipamentos existentes (computadores etc.), estão em bom estado de conservação. Neste tópico, foi destacado pela Vara no questionário de autoinspeção que “Os equipamentos desta sede provisória encontram-se em bom estado de conservação, sendo, contudo, insuficientes para atender toda a lotação da Vara. As mesas, cadeiras e o espaço físico também são insuficientes.”

Em razão de ocupar o último andar do prédio, o teto possui várias áreas de infiltração, há pouco restauradas, mas sem o devido acabamento, conforme fotos em anexo.



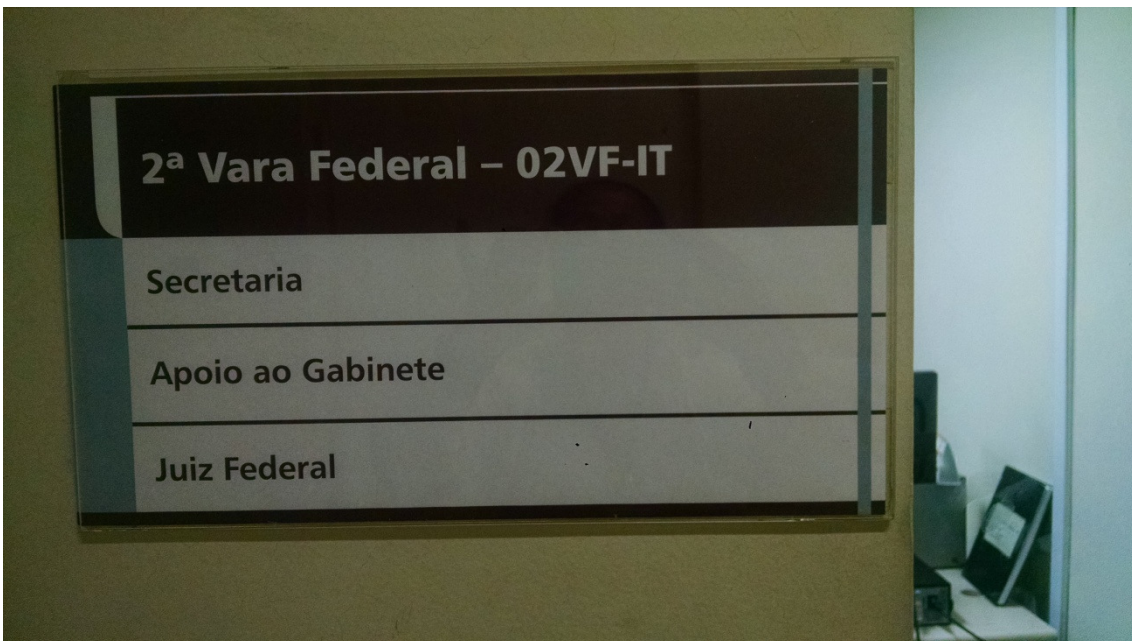
## **FOTOS DAS INSTALAÇÕES DA 1ª VF DE ITABORAÍ/RJ**

### **FOTO 1 HALL DOS ELEVADORES DA 2ª VF ITABORAÍ/RJ**



Corredor do 15º pavimento: não há, como em todo o prédio, câmeras de segurança.

### **FOTO 2 - PLACA DE SINALIZAÇÃO**



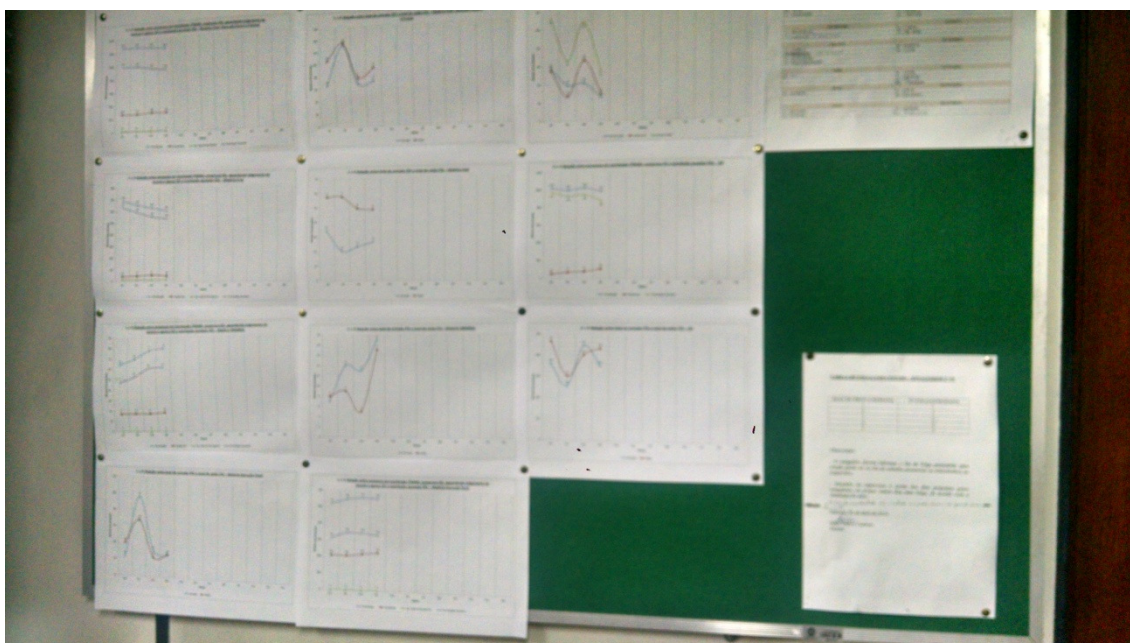
Porta única de entrada e saída de acesso aos três setores descritos na placa.

### FOTO 3 - SECRETARIA



Secretaria da 2ª VF Itaboraí/RJ. Quadro de aviso com gráficos de produção setorizada anexados, auxiliando o cumprimento das metas.

### FOTO 4 - SECRETARIA





## **FOTO 5 GABINETE DO JUIZ**



Gabinete do Juiz, compartilhado entre o Titular e o Substituto em esquema de revezamento, por falta de espaço físico.

## **FOTO 6 - GABINETE DO JUIZ**



Gabinete dos Juízes. Note-se parte da Comunidade do Morro do Estado ao fundo.

### **FOTO 7 - VISTA DA JANELA DO GABINETE DO JUIZ**



Foto tirada da janela do Gabinete dos juízes. Note-se a proximidade com a Comunidade do Morro do Estado, em parte (Centro de Niterói/RJ).

### **FOTO 8 - "QUADRO DE INFORMÁTICA"**



"Quadro de Informática" no corredor de acesso ao Gabinete e à sala de Apoio ao Gabinete.



## **FOTO 9 - SALA DE APOIO AO GABINETE**



Ao final do corredor, Sala de Apoio ao Gabinete, acolhendo, por vezes, devido à falta de espaço, servidores que não fazem parte do Setor.

## **FOTO 10 - TETO DO 15º ANDAR - 2ª VF ITABORAÍ**



**FOTO 11 - TETO DO 15º ANDAR - 2ª VF ITABORAÍ**



ERROR: stackunderflow  
OFFENDING COMMAND: ~

STACK: